

REVISTA DE SEGUROS

• ANA TONI PROPÕE METAS MAIS AMBICIOSAS E REALIZÁVEIS DE REDUÇÃO DAS EMISSÕES

• CASA DO SEGURO MIRA INCLUSÃO DO MERCADO NAS RECOMENDAÇÕES FINAIS DA COP30

• EMPODERADORES: CONHEÇA SOLUÇÕES PARA MITIGAR RISCOS CLIMÁTICOS E FINANCIAR TRANSIÇÃO

A JORNADA
DOS SEGUROS
NA COP30 EM
FAVOR DA AGENDA
CLIMÁTICA





TRANSFORMANDO IDEIAS EM SOLUÇÕES

De 10 a 21 de novembro, a Casa do Seguro será o espaço oficial de representação do Setor Segurador na COP da Amazônia, em Belém/PA.

Com o tema "Seguros para um Mundo mais Sustentável", a Casa promoverá a agenda do setor de seguros para a transição climática.

ATIVIDADES:



**FÓRUNS E
DEBATES**



**DIÁLOGOS
EMPRESARIAIS**



**EXPERIÊNCIAS
IMERSIVAS**



**APRESENTAÇÕES
CULTURAIS E ARTÍSTICAS**

Saiba mais sobre a Embaixada do Seguro na COP30 em
[CASADOSEGURO.ORG.BR](https://casadoseguro.org.br)

PATROCÍNIO:



06

ENTREVISTA

CEO da COP30, Ana Toni afirma que a construção da agenda climática é dever de todos e destaca o papel fundamental do mercado segurador na jornada contra o aquecimento do planeta e a redução dos danos.



34

FROTA VERDE

A experiência em reciclagem e desmontagem de veículos das seguradoras pode ser ampliada para ajudar a reduzir a pegada de CO₂ planejada pelas montadoras, que vão apresentar o Programa Mover na COP30.



10

CASA DO SEGURO

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, examina participação histórica do mercado segurador na COP30 para posicionar o setor como agente central na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas.

36

INTELIGÊNCIA CLIMÁTICA

Ferramentas estratégicas para o setor de seguros, as inovações tecnológicas, com a aplicação da IA em questões do clima, ampliam exposição a riscos climáticos pelas seguradoras.

14

MERCADO PROATIVO

Presidente do Conselho Diretor da CNseg, o executivo Roberto Santos defende postura inovadora dos seguros diante dos extremos do clima, usando tecnologia e dados para mitigar riscos.

16

ESPECIAL COP30

Executivos da CNseg lideram iniciativas com o objetivo de consolidar o setor como parte das soluções para os desafios do clima. Conheça as iniciativas dos empoderadores da Casa do Seguro.



29

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

O relógio climático corre mais rápido do que os financiamentos voltados ao combate dos extremos do clima, inclusive no Brasil. São necessários US\$ 7 trilhões por ano para viabilizar a transição verde no planeta.

38

PROTEÇÃO SOCIAL

Confira o papel estratégico do seguro como pilar na construção de redes de amparo social, bem-estar e desenvolvimento, em meio às incertezas climáticas, econômicas e demográficas.



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE

Ivan Luiz Contijo Junior

VICE-PRESIDENTES NATOS

Edson Luis Franco, Denis dos Santos Moraes, Ney Ferraz
Dias e Raquel Reis Correa

DIRETOR-PRESIDENTE

Dyogo Oliveira

CONSELHO DIRETOR

Breno Persona Machado Gomes, Eduard Folch Rue,
Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo Stefanello Dal
Ri, Erika Médici Klaffke, Felipe Costa da Silveira
Nascimento, Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro
Mattos, Francisco Alves de Souza, Helder Molina,
João de Lima Geo Neto, Jorge de Souza Andrade,
José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski,
Leandro Martinez Raymundo, Luciano Soares, Marcelo
Malanga, Maximiliano Alejandro Villanueva, Pablo dos
Santos Meneses, Patrícia Andrea Freitas Velloso dos
Santos, Pedro Cláudio de Medeiros Bocayuva Bulcão,
Pedro Pereira de Freitas e Roberto Teixeira de Camargo

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORA-CHEFE

Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS

Clovis Horta e Vagner Ricardo

EDITOR DE IMAGEM

Kleber Batista Mattoso

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira,
Clauce Carvalhal

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

COLABORADORES

Bianca Rocha, Cezar Faccioli, Gabriel Oliven, Michel
Alecrim, Renata Batista e Rodrigo Freitas

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens
Google, CBJ, COB, divulgação de empresas e Wagner
Carmo CBAt.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Kleber Batista Mattoso

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e
Marketing da CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
<https://revistadeseguros.cnseg.org.br/>
E-mail: clovis.filho@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários

Impressa: 2.000 destinatários

• DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



WhatsApp da CNseg

Fique por dentro
das novidades do
mercado segurador.





O SEGURO COMO PILAR DA RESILIÊNCIA CLIMÁTICA NA COP30

O setor chega à Conferência de Belém como peça-chave na transição climática e se firma como arquiteto de um futuro mais sustentável.

A construção da agenda climática é o maior teste de cooperação desta era. Nenhuma nação, setor econômico ou comunidade escapará dos impactos dos eventos climáticos nem poderá enfrentá-los isoladamente. As emissões de gases de efeito estufa continuam a crescer, alimentando uma sequência cada vez mais devastadora de riscos extremos que atingem tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

A escala do desafio é global, mas as soluções também precisam ser e estar ancoradas em realidades locais. Essa é a conclusão central e recorrente das matérias desta edição especial da *Revista de Seguros*, dedicada à COP30 e às ações do mercado segurador em favor da sustentabilidade e da transição climática.

O mercado de seguros tem um papel único nesse processo, pois, mais do que mitigar perdas financeiras, cria mecanismos de resiliência e permite que as sociedades se adaptem, sejam reconstruídas e avancem

em direção a um futuro mais sustentável. É um esforço quase civilizatório: usar o conhecimento acumulado para proteger vidas, sustentar economias e apoiar políticas de mitigação e adaptação.

É com essa visão que o setor segurador brasileiro leva à COP30, em Belém do Pará, a Casa do Seguro, um espaço de representação que pretende também ser a embaixada do setor no maior fórum climático do planeta.

A contribuição do seguro é estratégica e de extraordinário alcance: engloba a conversão da frota verde, a proteção de riscos industriais na descarbonização, o financiamento da transição e o fortalecimento da resiliência da infraestrutura, essencial para resistir a catástrofes que já foram identificadas, e a proteção ao setor agrícola, cada vez mais exposto à instabilidade climática e a perdas bilionárias.

A Casa do Seguro dará visibilidade às seguradoras empoderadoras, que chegam a Belém com soluções reais, produtos inovadores e inteligência climática já incorporada às suas

estratégias — uma agenda que não pertence apenas ao Brasil.

O mundo precisa de respostas conjuntas, e as seguradoras globais são parceiras indispensáveis pela capacidade de retrocessão, financiamento da adaptação em larga escala e difusão de melhores práticas, que podem apoiar países em desenvolvimento, ampliando a resiliência de regiões mais vulneráveis.

O seguro é, em sua essência, um arquiteto da resiliência, que conecta risco e proteção, incerteza e reconstrução, economia e sustentabilidade. Se o desafio climático é a civilização moderna, o seguro é uma das ferramentas mais eficazes para garantir que possamos enfrentá-lo com responsabilidade, coragem e solidariedade.

Enfrentar a crise climática é um dever de todos. Mas o seguro mostra, cada vez mais, que pode ser o fio condutor da transição global para uma sociedade mais segura, resiliente e sustentável.

Boa leitura!

“A CONSTRUÇÃO DA AGENDA CLIMÁTICA É UM DEVER DE TODOS”

CEO da COP30, Ana Toni afirma que a agenda climática precisa ser construída por todos, examina oportunidades e desafios gerados pelas mudanças climáticas e diz que a COP30, que será realizada em Belém, em novembro, deve ser a “COP da ação”, e não mais de compromissos a serem descumpridos. Ela avalia positivamente a participação inédita do mercado segurador nos debates que buscam limitar o contínuo avanço da temperatura no planeta.

Como a COP30 pretende garantir que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês) não apenas aumentem a ambição, mas também incorporem mecanismos obrigatórios de implementação e fiscalização para assegurar resultados concretos?

Na governança climática internacional, o Balanço Global (GST, na sigla em inglês) é um mecanismo que avalia o sucesso do Acordo de Paris. O primeiro foi concluído em Dubai, na COP28, e mostrou que as negociações internacionais fa-

zem diferença: as projeções de aquecimento até 2100 caíram de 4°C para algo entre 2,1°C e 2,8°C com a implementação plena das NDCs. Mas também deixou claro que ainda estamos longe do exigido para limitar o aumento da temperatura média do planeta a 1,5°C. Para manter essa meta, devemos reduzir as emissões em 43% até 2030 e, em 60%, até 2035, alcançar emissões líquidas zero por volta da metade do século, triplicar a capacidade global de renováveis, dobrar a eficiência energética e promover a transição para o fim dos combustíveis fósseis. Esse foi o diagnóstico. Agora, vamos à resposta: a Conferência de Belém deve ser a COP da Implementação. E o que vai realmente nos manter no limite de 1,5°C é transformar compromissos em ações concretas. Implementar é a única forma de alcançar o objetivo que 197 países aderiram juntos em 2015. Só assumiremos oficialmente a Presidência no primeiro dia da Conferência, em Belém, e teremos mandato de um ano, até a abertura da COP seguinte. Durante esse período, vamos liderar as negociações, promover consensos, definir prioridades políticas e organizar a conferência.

O Brasil busca liderar pelo exemplo: apresentou de forma antecipada uma NDC ambiciosa, *economy-wide*, com metas absolutas de redução. O País trabalha para construir consensos políticos a partir do diagnóstico trazido pelo Balanço Global e mobilizar as Partes para que as novas NDCs não apenas sejam mais ambiciosas, mas que tenham meios concretos de implementação e acompanhamento.

Que mecanismos concretos a Presidência da COP30 propõe para assegurar a participação efetiva do setor privado e da sociedade civil na formulação e execução das NDCs?

Cada país tem autonomia soberana para formular e implementar sua NDC. O Acordo de Paris não cria mecanismos coercitivos, mas instrumentos políticos baseados em transparência e pressão de pares. Por isso, falamos em contribuições nacionalmente determinadas na COP30, estruturamos dois braços principais para assegurar a participação de atores não estatais: um que dialoga diretamente com a sociedade civil, bus-



“A degradação ambiental mina a base econômica e social dos países, enquanto a ação climática pode gerar inovação, empregos verdes e novas oportunidades de desenvolvimento sustentável.”

cando garantir que a conferência seja um processo contínuo, descentralizado e inclusivo — e não apenas um evento pontual —, que engaja comunidades, coletivos e organizações em ações concretas e imediatas para enfrentar a crise climática. O outro é a Agenda de Ação, que dialoga mais diretamente com o setor privado e governos subnacionais e funciona como uma plataforma global que conecta iniciativas voluntárias voltadas à implementação do Acordo de Paris.

De que forma a Casa do Seguro e o mercado segurador podem contribuir de maneira mais estruturada para a agenda climática da COP30?

O setor segurador tem papel crucial na agenda climática porque atua justamente na interseção entre risco, impacto e resposta. Em situações de desastre, as seguradoras são frequentemente a primeira linha de resposta econômica, capazes de canalizar recursos de forma rápida e organizada para apoiar comunidades e empresas afetadas. Isso é essencial para lidar com perdas imediatas, permitir uma recuperação mais cé-

lere e evitar que populações vulneráveis sejam empurradas para situações de maior fragilidade. Na adaptação e na resiliência, o setor pode desenvolver produtos que incentivem a redução de riscos, vinculando cobertura a práticas mais sustentáveis e resilientes; apoiar governos e comunidades na criação de mecanismos de seguro paramétrico, que liberem recursos automáticos quando indicadores climáticos ou ambientais atingirem determinados limiares, garantindo agilidade na resposta; e participar de parcerias público-privadas para ampliar o acesso a seguros em regiões e setores vulneráveis, ajudando a estruturar soluções de proteção para quem hoje está descoberto. No âmbito de perdas e danos, o setor pode ser um aliado estratégico ao conectar sua expertise em modelagem de risco, avaliação de danos e mecanismos de compensação com os fundos e arranjos financeiros globais em construção, além de, a partir de seguros climáticos, funcionar como um colchão para as populações mais vulneráveis, ao evitar que desastres climáticos se transformem em crises humanitárias prolongadas.



Como conciliar a urgência da ação climática com as demandas dos países em desenvolvimento por crescimento econômico e geração de empregos?

Já é consenso entre os países que o fim da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental precisam caminhar juntos. É importante superar a falsa dicotomia entre proteção ambiental e crescimento econômico. Na prática, são duas faces da mesma moeda. A degradação ambiental mina a base econômica e social dos países, enquanto a ação climática pode gerar inovação, empregos verdes e novas oportunidades de desenvolvimento sustentável. Investir em adaptação e mitigação tem um custo efetivo alto: estudos mostram que ações de adaptação podem gerar um retorno médio de 27% para cada dólar investido, evitando até quatro dólares em perdas futuras. Não é apenas uma boa política — é também uma boa economia. No Brasil, por exemplo, cerca de 70% do PIB depende dos serviços ecossistêmicos da Amazônia, como o regime de chuvas e dos rios. Isso demonstra que o desafio não é escolher entre clima e desenvolvimento, mas sim construir um modelo de crescimento que seja justo, inclusivo e sustentável, capaz de gerar empregos hoje sem comprometer as condições de vida e prosperidade das próximas gerações.

“A COP30 chega em um momento muito particular da governança climática internacional. Não estamos mais discutindo como estruturar o regime climático — agora o desafio é acelerar sua implementação.”

De que forma a presidência da COP30 está articulando com instituições como a OCDE, a NDC Partnership e o governo alemão para garantir que a conferência em Belém seja um marco de implementação?

A COP30 chega em um momento muito particular da governança climática internacional. É a segunda COP depois da conclusão do Balanço Global e a primeira após a consolidação do livro de regras do Acordo de Paris. Ou seja: não estamos mais discutindo como estruturar o regime climático — agora o desafio é acelerar a implementação. Estamos articulando com diferentes atores — sejam instituições internacionais, governos, organismos multilaterais, governos subnacionais ou organizações da sociedade civil. Implementar exige não só ambição política, mas também capacidade técnica, financiamento e participação ampla.

Como se planeja articular, na prática, a convergência entre os sistemas financeiros globais e os compromissos climáticos para garantir que os fluxos financeiros se alinhem às necessidades dos países em desenvolvimento?

Desde a COP15 de Copenhague, em 2009, os países desenvolvidos tinham um compromisso de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano para apoiar a ação climática nos países em desenvolvimento. Esse compromisso não foi cumprido, gerando frustração. Foi só em Baku, na COP29, que conseguimos um avanço histórico: o acordo



para triplicar essa meta, elevando o compromisso para US\$ 300 bilhões anuais até 2035. O acordo foi importante porque elevou a meta de financiamento climático, mas nós sabemos que esse valor ainda é insuficiente frente às reais necessidades dos países em desenvolvimento. Por isso, foi criado o Mapa do Caminho Baku–Belém para US\$ 1,3 trilhão em financiamento climático, que chega agora à COP30 como uma ponte que aponta caminhos para escalar o financiamento para a casa dos trilhões, reduzir o custo de capital, facilitar o acesso e garantir que os recursos cheguem mais rápido e de forma transparente a quem mais precisa.

Como sua atuação anterior na sociedade civil, na filantropia e em organizações como o Instituto Clima e Sociedade (iCS) — ou seja, do outro lado do balcão — pode contribuir, agora dentro do governo, para transformar compromissos em ações concretas e acelerar sua implementação?

A experiência que tive na sociedade civil, na filantropia e em organizações internacionais me ensinou algo fundamental: a agenda climática precisa ser construída por todos. Ela não pode ser responsabilidade exclusiva do governo, nem

“A COP no Brasil tem importância dupla: deixar legados para o País e para a governança internacional. Realizar a Conferência em Belém, no coração da Amazônia, é simbólico e transformador.”

do setor privado, nem apenas das organizações da sociedade civil. É uma agenda apaixonante porque, no fundo, trata de melhorar a vida das pessoas — seja tornando as cidades mais seguras contra desastres, ampliando o acesso à energia limpa, ou fortalecendo meios de vida sustentá-

veis no campo e nas florestas. A minha passagem “para o outro lado do balcão” me permite hoje, como CEO da COP30, articular essas três forças — velocidade, proximidade e escala — em prol de um mesmo objetivo: promover uma mudança estrutural no nosso modelo de desenvolvimento, na velocidade e na profundidade que precisamos para cumprir as metas climáticas.

Qual a importância de realizar a COP30 no Brasil e que legados ela trará para o País?

Realizar a COP30 no Brasil tem uma importância dupla: deixar um legado para o País e para a própria governança climática internacional. Trazer a Conferência para Belém, no coração da Amazônia, é simbólico e transformador. A COP passa a acontecer mais próxima da natureza, em meio à exuberância da maior floresta tropical do planeta, lembrando a todos os negociadores que a agenda climática não é apenas sobre números e compromissos em papel — ela é sobre desenvolvimento econômico, pessoas e riquezas naturais, que têm valor intrínseco e desempenham papel essencial na sustentação da vida na Terra. Para o Brasil, a COP30 reforça a posição histórica do País como um gigante ambiental.

O ESTEIO DO SEGURO NA CONSTRUÇÃO DE SAÍDAS PARA O CAOS CLIMÁTICO

Participação histórica da CNseg na COP30 posiciona o setor como agente central na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas em níveis nacional e global.

Em meio a objetivos ambiciosos, a Casa do Seguro concorre a uma das iniciativas históricas da CNseg para colocar o seguro como uma resposta assertiva às mudanças climáticas no País e no plano global, dando-lhe inclusive centralidade nas políticas públicas.

Pela primeira vez nas conferências do clima da ONU, haverá na COP 30 — a ser realizada em Belém, de 10 a 21 de novembro — um espaço de representação do setor de seguros dedicado à promoção do mercado e suas iniciativas relacionadas à agenda de transição climática. A Casa do Seguro (também conhecida como Embaixada do Seguro) foi concebida para promover fóruns de debates, diálogos, plataformas de conexão e relacionamento, experiências imersivas, cerimônias e apresentações culturais e artísticas durante o evento.

Numa virada histórica para o setor, a CNseg planeja posicionar o seguro como um ator central na agenda global de adaptação e mitigação às mudanças climáticas. A Casa do Seguro é uma iniciativa-chave para essa ofensiva na COP30 e

“A Casa do Seguro representa uma mudança de mindset para tornar o setor um agente indispensável na construção de soluções para um futuro mais resiliente.”

vai funcionar em um espaço multifuncional com mais de 1,6 mil metros quadrados.

“Mais do que uma estrutura física, a Casa do Seguro representa uma mudança de *mindset* para tornar o setor de seguros um agente fundamental e indispensável na construção de so-

luções para um futuro mais resiliente”, afirma o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

Ele reconhece que há avanço no protagonismo do mercado na pauta da sustentabilidade e das mudanças climáticas. Nesse sentido, lembra que, em seguidos encontros realizados neste ano, o setor foi destacado como essencial na agenda climática por diversas autoridades. Para consolidar esse papel, contudo, é necessário que o documento final da COP30 mencione o setor de seguros como fundamental na mitigação de impactos das mudanças climáticas e como pilar da descarbonização.

O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, inclusive, tem destacado a relevância do mercado segurador em seguidos eventos, como nas chamadas “Cartas da Presidência”, documentos que cumprem o papel de comunicar as principais mensagens da Presidência da Conferência.

“Como presidente da COP, o embaixador tem a responsabilidade de conduzir os trabalhos e de consolidar a visão das negociações. Em suas cartas, ele aponta avanços e prioridades, e já fez,



Leia o QR code para
visitar o site oficial da
Casa do Seguro.
casadoseguro.org.br

de forma inédita, menção ao setor de seguros”, assinala o presidente da CNseg.

CÍRCULO VIRTUOSO

Para Dyogo Oliveira, a menção do seguro no documento final da COP30 abrirá portas para concretizar um antigo pleito do mercado segurador: sua inscrição nas políticas públicas. “A presença do seguro na Conferência tem exatamente esse objetivo: consolidar o setor como parceiro estratégico na formulação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas. Ao reconhecer o seguro como aliado nesse processo, autoridades ampliam a eficiência das políticas públicas e abrem espaço para soluções inovadoras que beneficiem a sociedade”, afirma.

Oliveira acrescenta que esse movimento cria um círculo virtuoso, em que todos ganham: o setor, ao expandir sua atuação, e o poder público, ao ter um instrumento essencial de mitigação de riscos. E os resultados já começam a aparecer. O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, solicitou uma proposta para a cria-

“Em suas cartas periódicas, o presidente da Conferência de Belém (COP30) aponta avanços e prioridades, e já fez, de forma inédita, menção ao setor de seguros.”

ção de um seguro climático capaz de proteger os aeroportos brasileiros. Essa aproximação confirma que o setor de seguros está avançando na direção certa e é reconhecido como parceiro indispensável para tornar as políticas públicas mais eficazes.

Entre as frentes de batalhas no campo da sustentabilidade e das mudanças climáticas identificadas pelo presidente da CNseg, está a gestão de riscos climáticos, cada vez mais desafiadores, cujo alcance da proteção de seguros precisa ser ampliado. Nesse sentido, ele ressalta o *gap* de proteção ocorrido na tragédia do Rio Grande do Sul, em 2024, que gerou perdas econômicas de mais de R\$ 100 bilhões — apenas 6% foram indenizadas por seguradoras. Essa taxa de proteção está muito abaixo da média internacional, de 40%.

“As pessoas hoje enfrentam mais riscos climáticos em suas vidas: enchentes, secas, granizos e vendavais, e esse risco está nas residências, nos veículos, na agricultura e na infraestrutura. O mundo ideal teria 100% das perdas econômicas seguradas”, defende ele, ratificando que a tarefa do mercado é absorver mais riscos das pessoas, permitindo que elas deem continuidade à sua vida.

No campo, a presença crescente do seguro permitirá ao produtor rural que perder uma safra voltar a comprar, no ano seguinte, sementes, fertilizantes e defensivos e preparar a terra para produzir.

“A presença do seguro na COP objetiva consolidar o setor como parceiro estratégico na formulação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas.”



São vários os exemplos de como ampliar a presença do seguro na sociedade, ao criar produtos climáticos ou ampliar o consumo dos já existentes. Incluem-se aí coberturas específicas para a infraestrutura pública logística do Brasil: rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, que praticamente não têm a proteção dos seguros.

Outra expertise do mercado, ainda subaproveitada, refere-se à gestão e à mitigação de riscos. Para Dyogo Oliveira, esse segundo pilar, extremamente importante, mostra à sociedade que o setor de seguros tem experiência e capacidade consolidadas de gestão de riscos.

“Somos capazes de avaliar edifícios, fábricas, pontes e rodovias, ou qualquer grande projeto de infraestrutura, e de identificar, desde sua concepção, quais os riscos presentes e que medidas devem ser tomadas para evitá-los”, afirma.

● ● ● IMPACTOS REDUZIDOS

Esse conhecimento acumulado permite ao mercado apoiar clientes e autoridades na adoção de ações preventivas e mitigadoras, garantindo

que, mesmo diante de um desastre natural, os impactos sejam reduzidos. Para Dyogo Oliveira, trata-se de um papel estratégico: o seguro não atua apenas na reparação de perdas, mas, sobretudo, como sinalizador para a sociedade, indicando onde e como construir de forma mais segura e sustentável.

“Em muitos países, já se vê a inviabilidade de seguros em regiões de risco extremo. Essa realidade é um alerta claro de que precisamos integrar a expertise do setor às decisões de planejamento e às políticas públicas, sob pena de tornarmos inviáveis atividades essenciais. É esse o valor que o mercado segurador oferece: prevenir, proteger e orientar a sociedade rumo a escolhas mais responsáveis e resilientes”, pontua.

Por fim, o mercado consta como um dos mais importantes investidores institucionais: são cerca de R\$ 2,3 trilhões de ativos financeiros. O presidente da CNseg destacou o papel estratégico do setor de seguros como investidor no contexto da transição climática, afirmando que as seguradoras, por obrigação regulatória e pela natureza do negócio, acumulam reservas técni-

cas que podem ser direcionadas a iniciativas de impacto positivo.

“O setor de seguros acumula obrigatoriamente reservas, dada a natureza do negócio em si. Essas reservas podem ser aplicadas em projetos e investimentos sustentáveis para ajudar a desenvolver essa transição econômica, que também é extremamente necessária”, afirmou.

Ele ressaltou, no entanto, que esses recursos não pertencem às seguradoras, mas aos clientes. “É preciso lembrar que a seguradora não é dona desse dinheiro, ela forma reservas técnicas, acumuladas em benefício do segurado. Então, esses investimentos precisam ser feitos com muita cautela, em ativos realmente muito seguros, com liquidez e rentabilidade muito claras”, disse.

De acordo com o presidente da CNseg, muitas companhias já vêm buscando caminhos nesse sentido. “Tem buscado investimentos em *green bonds*, em ativos sustentáveis, mas isso é feito com muito cuidado, para resguardar os recursos que garantem o pagamento aos clientes”, observou.

O dirigente da CNseg observa que é hora de agir coletivamente para garantir que o setor



“As pessoas hoje enfrentam mais riscos climáticos em suas vidas: enchentes, secas, granizos e vendavais nas residências, nos veículos, na agricultura e na infraestrutura.”

de seguros seja visível e valorizado no arcabouço global das políticas climáticas — mas isso representa oportunidades e desafios. A intensificação dos eventos climáticos ameaça a sustentabilidade técnica do seguro, se não forem incorporadas práticas inovadoras e cooperação entre os entes públicos e privados para o mercado se adaptar a uma nova era de incertezas. Hoje, lembra ele, já existem desertos de seguros no plano global — áreas sem cobertura em virtude de riscos elevados — algo que não está descartado no Brasil em resposta ao custo da inação.

“O setor de seguros é um instrumento à disposição da sociedade e está buscando diálogo com o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e a sociedade civil. Não há a menor dúvida de que a inação será severamente punida, por isso, agimos ativamente em busca de soluções”, declarou.

HUB DE DADOS

A Casa do Seguro dá início ao trabalho de ampliação das coberturas de seguros em

âmbito global, uma necessidade ainda mais relevante no Brasil. “O País tem enfrentado eventos climáticos com frequência alarmante: de três a quatro por dia. Nos últimos dez anos, 95% dos municípios brasileiros decretaram estado de calamidade ou emergência em razão de desastres naturais. As perdas econômicas neste período, sem considerar a tragédia no RS, ultrapassaram R\$ 300 bilhões. É um fenômeno recorrente, severo e impactante, que não pode ser tratado como novo normal, mas sim como um novo anormal”, assinalou.

O aquecimento global já elevou em 1,5°C a temperatura média do planeta, e o volume de emissões continuará crescendo e trazendo implicações graves e duradouras. Nesse cenário, é preciso preparar a sociedade para um futuro inevitavelmente mais desafiador. “O setor de seguros é, sem dúvida, uma das ferramentas mais eficazes para fortalecer a resiliência e apoiar a adaptação da sociedade a essa nova realidade climática”, declara.

Durante a COP30, a CNseg lançará oficialmente um *hub* de dados socioambientais e cli-

máticos, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), que objetiva integrar informações científicas, socioeconômicas e ambientais para apoiar seguradoras, gestores públicos e investidores na precificação de riscos e no planejamento de estratégias de adaptação e mitigação.

O *hub* permitirá consultas detalhadas por CPF, CNPJ, endereço, CEP ou coordenadas, oferecendo análises baseadas em inteligência artificial, *Big Data* e *Data Science*. Inicialmente, o foco estará nos riscos de inundações e em análises socioambientais que cruzam dados de 18 fontes, incluindo desmatamento e vulnerabilidade social.

Trata-se de uma ferramenta fundamental para avaliar impactos estimados de eventos climáticos, estabelecendo metodologias confiáveis para orientar investimentos, reduzir danos e aumentar a resiliência de comunidades e projetos de infraestrutura. Sim, um instrumento decisivo para uma transição climática justa e para a proteção da população mais vulnerável.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS EXIGEM INOVAÇÃO DE POSTURA DOS SEGUROS

Roberto Santos sugere que o mercado segurador adote atitudes proativas diante dos extremos do clima, incorporando tecnologias e dados em busca de equilíbrio na subscrição de riscos.

Presidente do Conselho Diretor da CNseg e membro do Conselho de Administração da Porto, o executivo Roberto Santos examina o comportamento, os desafios e as estratégias do mercado segurador frente às emergências climáticas. Para ele, a crescente frequência e a severidade de eventos climáticos exigem uma mudança fundamental na postura dos mercados seguradores local e mundial. O ponto central é a necessidade de o setor evoluir de uma cultura "extrativista" — que simplesmente evita subscrever riscos em áreas problemáticas — para uma mentalidade "proativa".

Ele propõe que, em vez de apenas negar cobertura para regiões com eventos climáticos recorrentes ou elevar preços, as seguradoras usem seus dados para colaborar com as autoridades públicas, a fim de construir soluções de infraestrutura que possam mitigar riscos e tornar áreas hoje excluídas de proteção novamente seguráveis. "O subscritor de risco do mercado segurador precisa ter uma mudança de *mindset*", afirma.

Santos está convencido de que a inovação e as tecnologias são aliadas dessa nova abordagem exigida do mercado. Para ele, o Brasil já tem um dos mercados de seguros mais avançados do mundo no uso de tecnologia e inteligência artificial para precificação, subscrição de riscos, combate a fraudes e otimização do atendimento ao cliente. Exemplos práticos incluem o uso de dados de satélite e meteorologia para alertar clientes sobre perigos iminentes, como enxurradas ou tempestades de granizo, permitindo que eles protejam seus bens e evitem sinistros.

"O atual cenário das mudanças climáticas tira o mercado da zona de conforto, pois a perspectiva é que os eventos se tornem mais frequentes e mais severos, causando perdas. O caso mais emblemático, o das enchentes do Rio Grande do Sul no ano passado, reforça essa percepção de novas grandes tragédias ambientais", avalia.

Para ele, o que mais chamou a atenção nesse caso foi a característica diferente em relação à severidade, porque o tempo de permanência

"O atual cenário das mudanças climáticas tira o mercado da zona de conforto, pois a perspectiva é que os eventos se tornem mais frequentes e mais severos, causando perdas."

de águas elevadas se prolongou de forma significativa, ampliando naturalmente as perdas econômicas e seguradas. "Esse novo cenário tem preocupado bastante o mercado segurador, por-

que reduz suas ações emergenciais para mitigar os danos das enchentes. Por isso, muitos estudos estão sendo feitos no sentido de se antecipar aos eventos climáticos severos e atenuar seus impactos”, relatou.

No mundo, o agravamento dos desastres naturais promove uma revisão de modelos de risco e a busca por soluções sustentáveis. A evolução das perdas seguradas no plano global avançou nas últimas décadas, em razão de as mudanças climáticas intensificarem uma gama de eventos extremos, como enchurradas, incêndios causados por secas prolongadas e furacões cada vez mais destruidores. Essa escalada das perdas tem provocado falência de seguradoras, principalmente em alguns estados americanos, e reduzido a acessibilidade e a disponibilidade de seguros, inclusive em países desenvolvidos. Resultado: o *gap* de proteção amplia no mundo.

No Brasil, a recorrência de enchentes e secas e o avanço do desmatamento elevam a pressão sobre o setor, com impactos diretos nos prêmios e nas coberturas. Ainda assim, em relação à oferta de resseguros, a situação brasileira é mais confortável do que em economias maduras. “O ressegurador ainda vê o Brasil como um ‘filé mignon’ mundial em matéria de riscos catastróficos, já que não temos terremotos nem vulcões”, afirma Roberto Santos, para quem os eventos relacionados a enchentes e secas crescentes já exigem maior atenção, porque a percepção dos resseguradores pode mudar ao longo do tempo.

LACUNA DE PROTEÇÃO

Outro desafio para ampliar a inserção de seguros no País é o comportamento do consumidor. Roberto Santos lembra que, historicamente, os brasileiros não têm o hábito de contratar seguros, seja pela falta de cultura de proteção, seja pelo poder aquisitivo limitado. “O brasileiro acredita que não vai morrer nunca. Já em países que passaram por guerras, como Japão e Alemanha, a proximidade do risco consolidou a mentalidade de proteção”, analisa.

Em termos de produtos, ele reforça que o mercado brasileiro é uma referência mundial em inovação, e isso se reflete em soluções diferen-



“O brasileiro acredita que não vai morrer nunca. Já em países que passaram por guerras, como Japão e Alemanha, a proximidade do risco consolidou a mentalidade de proteção.”

ciadas. A inteligência artificial, por exemplo, já está presente em diversas frentes: da subscrição ao relacionamento com clientes. Hoje, parte dos atendimentos iniciais das seguradoras é feita por

robôs que acessam bases de conhecimento em tempo real para responder com precisão às demandas. Essa tecnologia, segundo Santos, também é usada na precificação, na análise de risco e em estratégias de mitigação.

O executivo afirma também que é preciso espaço para flexibilidade e inovação no campo regulatório, destacando que boa parte dos recursos disponíveis no setor tem sido direcionada para cumprir agendas obrigatórias, como o *Open Insurance*, que demandam investimentos significativos em tecnologia e infraestrutura. “Esses custos disputam orçamento com iniciativas de inovação que poderiam estar dedicadas à criação de novos produtos”, afirma.

Em síntese, o futuro do setor dependerá de uma conjugação de fatores: inovação tecnológica, transformação cultural e diálogo mais efetivo com autoridades públicas. “As seguradoras não podem mais ficar restritas a reagir. Precisamos ser protagonistas na proteção e na construção de soluções”, conclui.

EXECUTIVOS DA CNSEG DETALHAM AÇÕES E LEGADOS DA CASA DO SEGURO

Gustavo Brum e Claudia Prates, da CNseg, lideram iniciativas do setor na COP 30, com destaque para a Casa do Seguro, um hub de conteúdo e conexão empresarial.

ODNA de dois executivos da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) — Gustavo Brum (superintendente) e Claudia Prates (diretora de Sustentabilidade) — está presente nas ações mais relevantes organizadas para a participação do setor segurador na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30). O pilar central dessas iniciativas é a Casa do Seguro, um pavilhão de 1,6 mil metros quadrados, que funcionará como um *hub* de conteúdo, conexão empresarial e promoção da agenda climática do setor. O objetivo principal, segundo eles, é consolidar o setor como parte essencial da solução para os desafios climáticos, buscando seu reconhecimento formal nos documentos e acordos finais da Conferência — algo inédito nas 29 edições anteriores.

A jornada do mercado até Belém foi construída em etapas, incluindo encontros prévios com *stakeholders*-chave, incluindo os ministérios do Meio Ambiente e da Fazenda, especialistas como Paulo Artaxo e o Climate Champion do Brasil. Ao mesmo tempo, coube a ambos participar de tratativas com os “empoderadores” — grupo de seguradoras e *brokers* líderes de mercado: Allianz, Axa, Bradesco Seguros, BB Seguros, Mapfre, Marsh McLennan, Porto, Prudential e Tokio Marine.

“São companhias engajadas e comprometidas com a agenda do clima, que já têm produtos, serviços e soluções voltadas para os desafios ambientais. No fim do dia, quem mostra o que existe de fato em termos de soluções são as seguradoras. A presença delas em Belém é fundamental”, diz Gustavo Brum.

Para Claudia Prates, os debates na Casa do Seguro demonstrarão o papel relevante na transição climática, com contribuições concretas para a agenda ESG, a partir da apresentação de portfólios inovadores e de soluções que destacam a

atuação das seguradoras na mitigação de riscos e na ampliação da proteção da sociedade diante dos desafios climáticos.

A participação na COP30 é, portanto, o ponto de partida de um processo contínuo para integrar definitivamente o seguro nas políticas públicas e na estratégia global de enfrentamento às mudanças climáticas. Essa etapa é fundamental para barrar o gargalo de proteção e ampliar a resiliência de atividades econômicas e da infraestrutura do País, por exemplo, concordam os dois executivos da CNseg.

“O *gap* de proteção é uma realidade no Brasil. Diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, onde o seguro faz parte da cultura e até torna-se obrigatório em alguns financiamentos, aqui ainda estamos distantes desse patamar”, afirma Gustavo Brum.

“Se tivermos uma proteção maior, os impactos econômicos e sociais das mudanças climáticas poderão ser significativamente menores. É um caminho que precisamos desenvolver de forma mais contundente e urgente”, conclui Claudia Prates.

A participação na COP30 é o ponto de partida de um processo para integrar o setor a políticas públicas e estratégia global de combate às mudanças climáticas.

Saiba mais sobre as ações dos empoderadores a partir da pág. 17.

NOVA ERA DO RISCO: O SETOR SE ADAPTA AOS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

A COP30 é uma oportunidade para posicionar o setor como agente fundamental na busca por soluções relacionadas à sustentabilidade e aos riscos climáticos.

ARTIGO ALLIANZ SEGUROS

Por: Eduard Folch (*)

Fotos: Divulgação, Banco de Imagens

Os eventos climáticos extremos deixaram de ser exceções sazonais e se tornaram constantes e cada vez mais intensos. Segundo relatório da Organização Meteorológica Mundial, a quantidade de desastres naturais aumentou cinco vezes nos últimos 50 anos. Em 2024, as perdas decorrentes de desastres naturais chegaram a US\$ 368 bilhões — quase 80% delas causadas por eventos meteorológicos. Diante desse cenário, o setor segurador reforça sua atuação na identificação de riscos, avaliação e agilidade no atendimento.

O mercado tem se aperfeiçoado diante de um cenário climático cada vez mais imprevisível. Se antes o setor analisava eventos passados para prever riscos futuros, agora “olhar pelo retrovisor” já não faz sentido. Hoje, as empresas aceleram a transformação rumo à construção de soluções mais dinâmicas e resilientes e, conseqüentemente, abandonam modelos de precificação generalistas.

A transformação é profunda e envolve o uso de tecnologia e IA. As seguradoras combinam análises de dados históricos com modelos preditivos avançados, enriquecidos por informações como imagens de satélite e dados meteorológicos, para entenderem melhor os padrões climáticos e agirem com mais precisão. Também mapeiam regiões mais vulneráveis, o que ajuda a distribuir melhor os riscos e a se protegerem de perdas



expressivas. As estratégias de precificação e aceitação são ajustadas com frequência, e soluções sob medida são criadas para diferentes perfis de risco e regiões.

Além de indenizar perdas, o mercado segurador contribui para a resiliência do futuro. A necessidade de proteção é um fenômeno em expansão. A edição 2025 do Relatório Global de Seguros da Allianz Research indica que, nos próximos dez anos, o setor deve crescer a uma taxa anual de 5%. Para o Brasil, a alta prevista é de 9%. Por isso, a adaptação é essencial, seja com seguros bem estruturados ou com medidas preventivas.

Por outro lado, a conscientização sobre as mudanças climáticas e a importância do seguro transforma percepção em ações concretas. À medida que eventos extremos passam a ser reconhecidos como conseqüências de um planeta em transformação, cresce também o compromisso com atitudes mais responsáveis.



"À MEDIDA QUE EVENTOS EXTREMOS SÃO RECONHECIDOS COMO CONSEQUÊNCIAS DE UM PLANETA EM TRANSFORMAÇÃO, CRESCE O COMPROMISSO COM ATITUDES MAIS RESPONSÁVEIS."

Neste cenário, a COP30 é uma grande oportunidade para posicionar o setor como agente fundamental na busca por soluções relacionadas à sustentabilidade e aos riscos climáticos. Ao trazer o tema para debate, o evento impacta a sociedade para a importância da proteção e o governo para integrar o seguro em políticas públicas e fomenta práticas de gestão de risco no setor privado.

Mais do que um ajuste técnico, observamos uma mobilização contínua das seguradoras para ampliar suas capacidades de resposta, com inovação em produtos, precificação e gestão de riscos. E a adaptação é uma questão de sobrevivência econômica e uma oportunidade estratégica para liderar a transição rumo a um modelo de negócios mais sustentável e preparado para o que vem pela frente.

(*) Eduard Folch é presidente da Allianz Seguros.

A FORÇA DO SETOR DE SEGUROS PARA DESTRAVAR O CAPITAL CLIMÁTICO

O mercado segurador atua na transição climática, ao viabilizar investimentos sustentáveis, identificar vulnerabilidades estruturais e fortalecer a resiliência econômica e ambiental.

ARTIGO AXA SEGUROS

Por: Erika Medici (*)

Fotos: Divulgação, Banco de Imagens

As mudanças climáticas se tornaram uma realidade que molda o presente ao alterar economias, revelar vulnerabilidades estruturais e impor uma nova urgência para governos, empresas e sociedade. No centro desse cenário, um ator tradicionalmente associado à proteção e à resiliência financeira e material começa a ocupar um novo lugar estratégico: o setor segurador.

A atuação do seguro vai além da simples mitigação de impactos. Com sua capacidade de antecipação e análise de riscos, o setor se posiciona como um aliado fundamental para promover uma mentalidade preventiva. Essa transformação cultural, baseada em dados, monitoramento contínuo e inovação, é a base para o seguro atuar como um parceiro na transição para uma economia sustentável.

É por meio dessa expertise em gerenciar riscos e fomentar a prevenção que o seguro se torna uma ferramenta-chave para viabilizar investimentos climáticos. A lógica é clara: sem cobertura adequada, projetos sustentáveis são percebidos como mais arriscados e, consequentemente, menos financiáveis. Ao compreender, precificar e gerenciar esses riscos, o seguro atua como um 'fiador', destravando o financiamento necessário para a transformação.

No Brasil, a AXA tem dado passos concretos nessa direção. Tendo o AXA Verde como um de seus pilares estratégicos para o crescimen-



to, a companhia desenvolve e revisita produtos e processos com foco em estimular a sustentabilidade, como o seguro de transporte com compensação de CO₂. Há também o Seguro de Energia Renovável, que tem como foco a cobertura para plantas de geração de energia solar e eólica, com uma revisão do produto voltado para Riscos Patrimoniais, trazendo cláusulas específicas para esse segmento.

Mas não é só criando produtos que nosso mercado quer contribuir para combater mudanças climáticas. Para que possa expandir essa atuação e cumprir seu papel de forma mais ampla, é preciso revisar o próprio conceito de segurabilidade, integrando variáveis ambientais, sociais e de governança à precificação de riscos. A participação na COP30, por meio da Casa do Seguro, é vista por nós como uma oportunidade crucial para demonstrar a outros atores como o conhecimento técnico e a capacidade de análise do setor podem contribuir para liberar o capital



"COM SUA CAPACIDADE DE ANTECIPAÇÃO E ANÁLISE DE RISCOS, O SETOR SE POSICIONA COMO UM ALIADO FUNDAMENTAL PARA PROMOVER UMA MENTALIDADE PREVENTIVA."

necessário para a transição com vistas a uma economia de baixo carbono.

A urgência climática exige alianças estratégicas. E o seguro, com sua capacidade de inovação e capilaridade, está pronto para contribuir de forma decisiva ao atuar como um parceiro essencial na construção de um futuro mais sustentável.

(*) Erika Medici, CEO da AXA no Brasil.

O SETOR DE SEGUROS COMO AGENTE DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

A BB Seguros oferece seguros ligados ao Zarc NM para incentivar práticas agrícolas sustentáveis e fortalecer a resiliência ambiental e econômica.

● ARTIGO BB SEGUROS

● Por: Raquel Gaudêncio (*)

● Fotos: Divulgação, Banco de Imagens

A transição para uma economia de baixo carbono exige mais do que inovação tecnológica: depende da articulação entre políticas públicas, engajamento privado e mudança de práticas produtivas. Nesse cenário, o setor de seguros consolida-se como alavanca estrutural da transição climática, transformando riscos em oportunidades de proteção, adaptação e geração de resultados sustentáveis.

A atuação da BB Seguros em projetos-pilotos, como a iniciativa em parceria com a Embrapa e o Ministério da Agricultura voltada à soja no Paraná, evidencia esse papel transformador. O modelo de subvenção diferenciada, vinculado ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático Níveis de Manejo (Zarc NM), se configura como um importante avanço da ferramenta neste sentido, ao incorporar indicadores de práticas regenerativas como cobertura do solo na semeadura, diversidade de culturas, manejo integrado do solo e análise de suas propriedades físico-químicas, que permitem mensurar e diferenciar os níveis de manejos que promovem boas práticas ambientais e maior resiliência do ambiente e das culturas aos impactos do clima.

Assim, o seguro, além de todos os benefícios primários da proteção financeira que permite a continuidade dos investimentos, passa a estimular condutas que aumentam a biodiversidade funcional, reforçam a adaptação ambiental e fortalecem resiliência econômica.



"O SETOR DE SEGUROS CONSOLIDA-SE COMO ALAVANCA ESTRUTURAL DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA, TRANSFORMANDO RISCOS EM PROTEÇÃO, ADAPTAÇÃO E RESULTADOS SUSTENTÁVEIS."

Seguros paramétricos também dispõem como inovação complementar, muito utilizados para coberturas catastróficas. Com liquidez imediata e menor burocracia, vinculam indenizações a indicadores normalmente climáticos e ambientais, como temperatura, inundações, furacões, terremotos, perda de cobertura vegetal, ou escassez hídrica, entre outros. Essa previsibilidade amplia a proteção em regiões mais vulneráveis e transforma o seguro em instrumento de eficiência econômica e adaptação climática com métricas claras de impacto.

No campo da conservação, o Seguro Floresta de Preservação da BB Seguros protege áreas de Reserva Legal, APPs e excedentes de vegetação nativa contra incêndios, utilizando sensoriamento remoto, georreferenciamento e dados socioambientais.

Diante dos mais de 218 milhões de hectares de florestas privadas no Brasil, trata-se de um produto estratégico para incentivar a manutenção de ecossistemas, a retenção de carbono e a mitigação das mudanças climáticas.

As Soluções baseadas na Natureza (SbN), que orientam esses produtos, unem restauração ecológica, inovação e impacto positivo mensurável. Investir nessas soluções significa ampliar o alcance do seguro como motor de transição climática justa e regenerativa, agregando valor financeiro, fortalecendo a resiliência das cadeias produtivas e consolidando o setor de seguros como protagonista na construção de um futuro de baixo carbono.

(*) Raquel Gaudêncio, superintendente executiva de Estratégia, VMO, Governança Corporativa e Sustentabilidade da Brasilseg, uma empresa BB Seguros.

SEGURO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: COMO PROTEGER, INCLUIR E TRANSFORMAR

Ao reduzir a percepção de risco e garantir estabilidade financeira, o setor ajuda a viabilizar investimentos sustentáveis e atrair capital público e privado.

ARTIGO BRADESCO SEGUROS

Por: Ivani Benazzi (*)

Fotos: Divulgação, Banco de Imagens

A transformação climática é uma realidade presente, cujos impactos atingem com força desigual pessoas, territórios e modelos de negócio. Nesse cenário, o setor segurador tem a oportunidade – e a responsabilidade – de exercer um papel estratégico. Mais do que proteger perdas, o seguro pode se tornar um elo entre risco, capital e oportunidades.

Projetos voltados à transição energética e à infraestrutura resiliente ainda enfrentam entraves para se viabilizar, principalmente pela percepção de risco. O seguro, ao oferecer previsibilidade e estabilidade financeira, torna-se essencial para destravar o financiamento climático.

Um relatório do World Economic Forum (2024) destaca que mecanismos de transferência de risco, como apólices estruturadas e soluções de resseguro, são decisivos para mobilizar capital em projetos sustentáveis, es-



pecialmente nos modelos de *blended finance*, que combinam capital público com privado. Ao reduzir a volatilidade percebida e melhorar a classificação de crédito, o seguro contribui para atrair investidores públicos e privados.

Esse protagonismo se estende à inovação tecnológica. À medida que novas soluções, como veículos elétricos e sistemas fotovoltaicos, surgem como alternativas sustentáveis, o seguro tem o papel de acelerar sua adoção. Ao desenvolver coberturas específicas para tecnologias emergentes, o setor não apenas responde a uma demanda, mas ajuda a moldar um novo mercado – mais seguro, viável e escalável.

Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que a crise climática impacta com mais intensidade quem tem menos acesso à proteção. A inclusão de seguros populares,

distribuídos por canais capilarizados, amplia o alcance da proteção e fortalece a resiliência de comunidades vulneráveis. Também é preciso investir em respostas operacionais ágeis para situações extremas, assegurando o pagamento rápido de indenizações em cenários de calamidade.

Segundo o Swiss Re Institute, as perdas econômicas globais com eventos climáticos em 2024 ultrapassaram US\$ 300 bilhões, e menos da metade estava segurada. Esse dado reforça a urgência de ampliar a proteção.

O seguro, nesse novo contexto, deixa de ser apenas uma resposta a perdas e passa a ser parte da solução – uma ferramenta de transição para um futuro mais sustentável, inovador e justo.

(*) Ivani Benazzi é superintendente de Sustentabilidade do Grupo Bradesco Seguros.

“

"O SETOR SEGURADOR NÃO APENAS RESPONDE A UMA DEMANDA, MAS AJUDA A MOLDAR UM NOVO MERCADO – MAIS SEGURO, VIÁVEL E ESCALÁVEL."

O SEGURO COMO ARQUITETURA DA CONFIANÇA CLIMÁTICA

O Brasil tem potencial para liderar a transição do clima: matriz energética limpa, biodiversidade e a experiência do setor em lidar com riscos complexos.

ARTIGO MAPFRE SEGUROS

Por: Felipe Nascimento (*)

Fotos: Divulgação, Banco de Imagens

Falar em financiamento climático é, na prática, discutir como vamos construir o futuro que desejamos. Isso envolve não só mobilizar recursos, mas também criar caminhos para ações concretas, sustentáveis e duradouras. Nesse esforço, o mercado brasileiro de seguros tem uma oportunidade de assumir um papel estratégico e central na construção de soluções climáticas de longo prazo.

O seguro tem uma característica essencial nesse contexto: ele viabiliza. Antes mesmo de o investimento chegar, o seguro já está lá, ajudando a tirar do papel o que, de outra forma, seria considerado arriscado demais e jamais existiria.

Estamos falando, por exemplo, de parques solares, projetos de mobilidade elétrica, reflorestamento em áreas degradadas, modernização de indústrias, implementação de tecnologias agrícolas de baixo carbono ou até mesmo



projetos de drenagem urbana para lidar com enchentes nas grandes cidades. Todos eles enfrentam o mesmo obstáculo, que é a incerteza. Com um seguro bem estruturado, essa incerteza diminui e a confiança aumenta.

Esse papel não é novo para o nosso setor. O mercado segurador já tem uma longa história no Brasil lidando com riscos complexos, em todas as regiões e setores. Temos experiência com o imprevisível, sabemos como medir e compartilhar riscos de forma sustentável. Isso é essencial para um país que precisa crescer, convivendo com uma realidade climática cada vez mais desafiadora devido às dimensões continentais e às desigualdades persistentes.

Temos também uma base de conhecimento muito valiosa. São décadas de dados, estatísticas, padrões e projeções. Quando colocamos essa inteligência a serviço de quem está inovando, sejam eles investidores priva-

dos, governos, cooperativas ou startups, ajudamos a tirar ideias do papel. O seguro não precisa entrar no fim da cadeia, como uma formalidade. Ele pode, e deve, entrar no início, como uma estrutura de apoio desde a concepção do projeto.

O Brasil tem todas as condições para liderar a nova economia de baixo carbono: biodiversidade, capacidade técnica, matriz energética limpa e uma agenda pública em ascensão. A COP30 será, além de um palco para lideranças de todo o mundo, um verdadeiro teste de articulação para destravar agendas necessárias. E o setor segurador brasileiro está pronto para contribuir com o que tem de mais valioso, que é a confiança que permite seguir em frente mesmo quando os caminhos ainda não estão todos traçados. Nos vemos em Belém.

(*) Felipe Nascimento é CEO da MAPFRE Brasil.

“

“A COP30 SERÁ, ALÉM DE UM PALCO PARA LIDERANÇAS DE TODO O MUNDO, UM VERDADEIRO TESTE DE ARTICULAÇÃO PARA DESTRAVAR AGENDAS NECESSÁRIAS.”

SbN SÃO OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO PARA O SETOR DE SEGUROS

As Soluções baseadas na Natureza oferecem redução da exposição, incentivo a práticas sustentáveis e fortalecem a resiliência com benefícios econômicos e ambientais.

● **ARTIGOMARSH MCLENNAN**

● **Por:** Marcos Mello e Marjorie Leite (*)

● **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens

E ventos climáticos extremos representam um novo paradigma de risco, afetando o setor de seguros e a sociedade, tornando cada vez mais desafiador precificar os prêmios e exigindo novas abordagens. As Soluções Baseadas na Natureza (SbN) surgem como resposta estratégica. Com elas, o setor pode reduzir a exposição aos riscos climáticos, em vez de apenas indenizar perdas, envolvendo ações de proteção, gestão sustentável e restauração para mitigar os impactos de desastres naturais, tais como:

- **Enchentes:** restauração de planícies de inundação, matas ciliares e manguezais aumenta a capacidade natural de absorção e escoamento.
- **Segurança hídrica e agrícola:** conservação garante a regularidade do fornecimento de água, diminuindo perdas de produtividade agrícola.
- **Biodiversidade:** recuperação de recifes de corais e mangues como uma barreira natural contra tempestades e a elevação do nível do mar.
- **Carbono:** projetos de reflorestamento, conservação de florestas e recuperação de solos degradados atuam na remoção de CO₂ da atmosfera.



“

"AO PROMOVER PROJETOS VERDES, AS SEGURADORAS PODEM REDUZIR A SINISTRALIDADE, SER MAIS COMPETITIVAS E CRIAR PRODUTOS INOVADORES, TORNANDO O SETOR UM INDUTOR DA RESILIÊNCIA."

Segundo o World Resources Institute, cada dólar investido em adaptação climática pode gerar mais de US\$ 10 em benefícios. Ao promover projetos verdes, as segurado-

ras podem reduzir a sinistralidade, ser mais competitivas para clientes com boas práticas e desenvolver produtos inovadores, posicionando o setor como indutor da resiliência.

SbN: 7 OPORTUNIDADES

- 1 **Gestão de riscos:** desenvolver produtos que viabilizem projetos SbN, tornando-os mais atrativos para investidores.
- 2 **Inovação:** regulamentação do Mercado de Carbono e emissão de títulos verdes demandam apólices especializadas.
- 3 **Valoração dos serviços ecossistêmicos:** adaptar produtos e criar modelos inovadores para proteger esses ativos.
- 4 **Bioeconomia:** o seguro pode facilitar o crescimento dos setores da bioeconomia, fornecendo ferramentas de mitigação de riscos e promovendo justiça social e desenvolvimento econômico para comunidades.
- 5 **Resiliência:** oferecer condições especiais para clientes que implementem medidas de adaptação.
- 6 **Metas globais:** a liderança nessa agenda, com a COP30 como vitrine, fortalece a marca e posiciona a seguradora como um ator-chave.
- 7 **Dados:** o domínio da análise de dados fornece vantagens na precificação e desenvolvimento de produtos.

As SbN são consideradas estratégicas. A COP30 é fundamental para demonstrar que o setor, em vez de debater os custos dos desastres, está apoiando o financiamento à resiliência.

| (*) Marcos Mello é diretor da Marsh Advisory / Marjorie Leite é consultora de Clima e Sustentabilidade da Marsh.

CONHECENDO O RISCO CLIMÁTICO POR MEIO DA INTELIGÊNCIA DE DADOS

Com IA e IoT, as seguradoras aprimoram a precificação, a prevenção de perdas e a personalização de serviços para garantir mais eficiência e resiliência.

● ARTIGO PORTO SEGURO

● Por: Viviane Pereira (*)

● Fotos: Divulgação, Banco de Imagens

O setor de seguros tem um potencial colossal para alavancar a agenda climática global, não apenas por sua relevância econômica, mas também pela capacidade de gerir riscos e inovar. Os dados de sinistros e as análises de risco da companhia são ativos valiosos e podem orientar tanto investimentos do poder público para uma economia mais resiliente, como incentivar práticas de sustentabilidade a partir de dados de consumidores e segurados.

A tecnologia está no centro da transformação do mercado de seguros. A integração de Inteligência Artificial (IA) e a análise de dados da Internet das Coisas (IoT) permitem uma abordagem baseada no uso e no comportamento individual do cliente (UBI), o que pode garantir a motoristas mais cuidadosos prêmios mais baixos.

A Porto tem investido em tecnologias emergentes. A IA, por exemplo, é um pilar central da estratégia da empresa, contribuindo para a análise de grandes volumes de dados para precificar apólices com mais precisão e agregar valor em diferentes etapas da jornada do cliente. A rigor, essas tecnologias não se limitam à precificação, são úteis também à prevenção de perdas. A análise de dados provenientes de dispositivos da IoT, como os instalados em veículos, permite identificar padrões de risco e alertar motoristas, o que pode levar à redução do número de sinistros.



“**A ANÁLISE DE DADOS PROVENIENTES DE DISPOSITIVOS DA IOT PERMITE IDENTIFICAR PADRÕES DE RISCO E ALERTAR MOTORISTAS, O QUE PODE LEVAR À REDUÇÃO DO NÚMERO DE SINISTROS.**”

A Porto investe em inovação, tecnologia e inteligência de dados para gerar valor de forma sustentável para o negócio e a sociedade. Exemplo? O envio de alertas climáticos para clientes em dias de chuva forte e condições meteorológicas atípicas. A iniciativa orienta pessoas sobre riscos como alagamentos, quedas de árvores e descargas elétricas, com o objetivo de promover segurança e cuidado.

A análise de risco climático pelo setor de seguros oferece uma visão qualitativa e atualiza-

da sobre os impactos financeiros das mudanças climáticas — visão em tempo real e dados com massa estatística para tomada de decisão. Ao precificar esses riscos, as seguradoras traduzem a probabilidade e a severidade de eventos extremos em custos econômicos tangíveis. Essa precificação pode servir como um instrumento para a formulação de estratégias públicas, o planejamento do uso do solo e o desenvolvimento de sistemas de alerta preditivos e investimentos em projetos estruturantes em regiões com maiores riscos.

Os desafios são muitos, mas a união de coalizões estratégicas é fundamental para articular e materializar ações que realmente façam a diferença na vida das pessoas. Dedicar tempo e esforços para engajar o poder público, as empresas e a sociedade nesta agenda é urgente, necessário e essencial para a construção de um futuro melhor.

| (*) Viviane Pereira é gerente de Sustentabilidade da Porto.

SEGURO DE VIDA: UMA ESTRATÉGIA PARA ENFRENTAR AMEAÇAS À SAÚDE CAUSADAS PELA CRISE CLIMÁTICA

O setor de seguros de vida amplia sua atuação com coberturas voltadas à prevenção e proteção em vida, diante do aumento de doenças como a dengue.

ARTIGO PRUDENTIAL

Por: Gabriela Al-Cici (*)

Fotos: Divulgação, Banco de Imagens

As mudanças climáticas já são consideradas uma das emergências de saúde da atualidade, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Eventos extremos como ondas de calor, enchentes e secas já figuram entre os principais riscos globais apontados por especialistas do Fórum Econômico Mundial. Esses fenômenos afetam diretamente a saúde, a qualidade de vida e a longevidade das populações, exigindo soluções integradas entre os setores de saúde, meio ambiente e proteção financeira.

Com o aumento da expectativa de vida e a intensificação dos efeitos climáticos, as pessoas precisarão conviver por mais tempo com problemas como poluição, temperaturas extremas, escassez de água, insegurança alimentar e doenças transmitidas por vetores. Diante disso, o segmento de Seguros de Vida tem ampliado sua atuação e investido em produtos voltados à proteção em vida, como coberturas para doenças graves, enfermidades tropicais e diárias por internação hospitalar. Na Prudential, por exemplo, 90% das indenizações são pagas ainda em vida, reforçando o compromisso e o cuidado com a saúde e a prevenção.

Em 2023, cerca de cinco milhões de casos de dengue foram registrados em mais de 80



países, segundo a revista The Lancet, com destaque para Brasil, Peru, México e Colômbia. Em resposta a esse cenário, o mercado passou a oferecer seguros específicos para doenças tropicais, que incluem coberturas para dengue, zika, chikungunya e febre amarela, evidenciando como os riscos à saúde estão cada vez mais ligados às mudanças climáticas.

Estes tipos de coberturas reduzem a pressão sobre o sistema de saúde pública e evitam o endividamento da população, trazendo segurança para pessoas e famílias. Segundo dados do Observatório de Clima e Saúde, entre 2020 e 2023, o número de pessoas que adoe-



SEGUNDO DADOS DO OBSERVATÓRIO DE CLIMA E SAÚDE, ENTRE 2020 E 2023, O NÚMERO DE PESSOAS QUE ADOECERAM EM ÁREAS ATINGIDAS POR EVENTOS CLIMÁTICOS PASSOU DE 54 MIL PARA 157 MIL.

ceram em áreas atingidas por eventos climáticos passou de 54 mil para 157 mil.

Ferramenta essencial de proteção, o acesso ao seguro de vida pela população, hoje disponível a apenas 18% dos brasileiros, precisa ser ampliado. Portanto, promover a conscientização financeira e securitária é fundamental para mitigar os impactos da perda de renda por afastamento e fortalecer o planejamento familiar diante dos riscos climáticos e das incertezas do futuro.

O seguro de vida torna-se estratégico para reduzir vulnerabilidades sociais. Se vamos viver mais, precisamos viver melhor, mesmo em meio às adversidades climáticas. O compromisso do setor é apoiar a sociedade nessa transição e proteger o que há de mais valioso: a vida.

(*) Gabriela Al-Cici é vice-presidente de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional da Prudential do Brasil.

O SEGURO VIABILIZA NOVAS TECNOLOGIAS PARA A TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

O Brasil destaca-se no G20 pela matriz elétrica limpa, e o setor ganha relevância ao apoiar tecnologias sustentáveis e oferecer proteção contra riscos climáticos.

ARTIGO TOKIO MARINE

Por: André Cordeiro (*)

Fotos: Divulgação, Banco de Imagens

O Brasil está entre os países mais bem posicionados para liderar a transição energética global. Enquanto o setor de energia responde por 73% das emissões globais de gases de efeito estufa, aqui esse número é de apenas 23%, reflexo de uma base sólida: cerca de 90% da matriz elétrica brasileira vem de fontes renováveis — como hidrelétrica, eólica e solar. Somos o país do G20 com a matriz mais limpa e, em 2023, investimos mais de US\$ 34 bilhões no setor, o sexto país em investimentos na transição energética naquele ano.

Nesse contexto, à medida que o mundo avança rumo ao net zero, o setor de seguros desponta como um agente crítico para viabilizar tecnologias sustentáveis e mitigar riscos associados. Inicialmente, algumas frentes se destacam, como o desenvolvimento de seguros voltados a painéis solares, turbinas e veículos elétricos; a criação de novas formas de proteção, como seguros paramétricos para riscos físicos; e a oferta de serviços de resiliência e consultoria em gestão de riscos climáticos.

A maturidade das coberturas varia. Já há produtos para tecnologias como solar e eólica, mas, para baterias de veículos, infraestrutura de recarga, hidrogênio verde e CCUS (*Carbon Capture, Utilization and Storage*, em inglês), as soluções ainda estão em fase inicial. A demanda, no entanto, é crescente — es-



pecialmente por coberturas para construção, operação e responsabilidade civil.

Os desafios também são importantes e concentram-se no incipiente histórico de perdas em tecnologias novas e falta de dados confiáveis para subscrição. Superá-los exige inovação em modelos de subscrição e parcerias estratégicas para captação alternativa de recursos que forneçam capacidade de resseguro.

No cenário internacional, a transição climática exigirá uma realocação histórica de capital: estima-se um investimento global anual de US\$ 9,2 trilhões em ativos físicos — o equivalente ao PIB do Japão e da Alemanha somados, ou nove vezes o orçamento anual do Brasil.

Apesar da crescente mobilização de recursos, muitos projetos enfrentam dificuldades de viabilização devido ao alto risco e à falta



“A TRANSIÇÃO CLIMÁTICA EXIGIRÁ UMA REALOCAÇÃO HISTÓRICA DE CAPITAL: ESTIMA-SE UM INVESTIMENTO GLOBAL ANUAL DE US\$ 9,2 TRILHÕES EM ATIVOS FÍSICOS.”

de instrumentos adequados de mitigação. O setor segurador pode e deve ser um dos pilares dessa transformação, contribuindo para uma economia mais resiliente, sustentável e preparada para os desafios do clima.

(*) André Cordeiro é superintendente de Estratégia de Mercado, Qualidade e ESG da Tokio Marine Seguradora

BRASIL JÁ ACUMULA BILHÕES EM PERDAS COM EVENTOS EXTREMOS

Perdas por chuvas severas e secas prolongadas superaram mais de R\$ 455 bilhões no País desde 2013. Danos atingiram 93% das cidades brasileiras, afetando infraestrutura e moradias de milhares de pessoas.

A conta do aquecimento global e dos extremos climáticos já chegou, e é pesada. Desde 2013, os prejuízos no Brasil ultrapassam R\$ 455 bilhões, principalmente pelos danos causados por secas e enchentes severas, pelos cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Responsáveis pela assistência mais direta à população atingida, as prefeituras sofrem com a lentidão na chegada de recursos federais e estaduais. O prazo médio do aporte é de 18 meses, tempo suficiente para que nova emergência tenha que ser sanada, conforme alerta de Augusto Braun, assessor especial da Confederação Nacional dos Municípios.

Cada cidade chega a enfrentar mais de uma situação extrema por ano, e o resultado é que foram editados mais de 59 mil decretos de emergência em uma década. E o ritmo é crescente: somente no ano passado, foram cinco mil situações emergenciais.

Nada menos que 93% das cidades brasileiras já foram afetadas por extremos climáticos. As residências destruídas somam mais de 293 mil e as danificadas, 1,7 milhão. Os centros urbanos abri-

gam 83% dos brasileiros, sendo dois terços nas metrópoles e nos municípios do entorno. “A urgência da adaptação a um quadro desafiador de extremos mais intensos e frequentes aumenta diante da dificuldade de reduzir, a curto prazo, o aquecimento global”, alerta o físico Paulo Artaxo, da USP e da Academia Brasileira de Ciências, uma das vozes mais ativas na preparação da COP30.

“A urgência da adaptação a um quadro desafiador de extremos mais frequentes aumenta diante da dificuldade de reduzir, a curto prazo, o aquecimento global.”

Paulo Artaxo, USP

O Brasil, nas áreas costeiras e na Amazônia, é particularmente vulnerável a extremos climáticos. O outro lado da moeda é o potencial em energias renováveis e reflorestamento, que demandam investimentos expressivos, coordenação governamental e cooperação ativa do setor privado. O Plano Clima chama a atenção para a necessidade de dotar as cidades brasileiras de infraestrutura resiliente, capaz de funcionar em situações adversas e minimizar impactos sobre o cotidiano.

O desafio exige uma alocação de recursos muito superior à que predominou até o momento: o Brasil investe 1,87% do PIB em infraestrutura (saneamento, transportes, moradias e logística). É menos da metade do que economias emergentes como a China e a Índia aplicam, de 5% a 8% do PIB, alerta o secretário adjunto de Infraestrutura Social e Urbana do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), Manoel Renato Machado Filho. “O montante é insuficiente para manter o parque instalado. Entregaremos às próximas gerações menos do que recebemos. O Estado, sozinho, não dá conta de duplicar o volume de investimento”, afirma.



● ● ● ÁREAS CRÍTICAS

A maior participação do capital privado em tratamento de água e esgoto, coleta e processamento de resíduos sólidos, iluminação pública e mobilidade urbana, áreas críticas para a resiliência das cidades, trará ganhos significativos. Por outro lado, exige novas modelagens de remuneração de investimento e cobertura de seguro.

Machado cita o exemplo do Aeroporto Salgado Filho, fechado por sete meses depois das enchentes no Rio Grande do Sul, para ilustrar os prejuízos potenciais da ausência de investimento expressivo e sustentável. “Cada real investido em adaptação aos extremos climáticos pode gerar outros sete reais em benefícios econômicos”, calcula a diretora-geral da consultoria Arcadis Brasil e representante da Associação Brasileira das Indústrias de Base (ABdib), Karin Formigoni.

As seguradoras podem exercer múltiplos papéis essenciais na viabilização de investimentos em infraestrutura resiliente, de acordo com o coordenador do Centro de Estudos da Infraestrutura e Soluções Ambientais (Ceisa) da

Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gesner Oliveira. “Em primeiro lugar, a indústria de seguros transfere e mitiga riscos. Isso acontece tanto por meio de produtos como o seguro paramétrico quanto pelo seguro garantia”, pontua, acrescentando que esse último é fundamental por oferecer segurança aos financiadores e investidores de que o projeto será concluído, atraindo mais

“O montante investido (1,87% do PIB) é insuficiente para manter o parque instalado. O Estado, sozinho, não dá conta de duplicar o volume de investimento.”

Manoel Renato, PPI

capital para iniciativas de infraestrutura intensivas em capital e de longo prazo. Essa transferência de risco libera orçamentos municipais para investimentos preventivos.

O cálculo de risco e retorno, primordial para a sustentação a longo prazo da indústria de seguros, é um ponto essencial para a viabilidade dos projetos de resiliência, de custos de partida mais elevados que os desembolsos tradicionais em infraestrutura. “Não se pode esquecer da vasta experiência em modelagem de risco e dados que as seguradoras possuem. Essa capacidade analítica é crucial para identificar as áreas mais vulneráveis, dimensionar corretamente os investimentos e otimizar como os recursos são alocados”, diz o pesquisador, ligado à FGV desde 1990.

Diretor de Meio Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Maurício Guerra aposta no fortalecimento da infraestrutura verde urbana (parques, áreas permeáveis, corredores ecológicos) como forma privilegiada de combater ilhas de calor e reduzir enchentes. A proposta envolve a integração de variáveis climáticas à política urbana por meio de um siste-



ma de informações territoriais, a incorporação de diretrizes de adaptação a todos os programas de infraestrutura nas cidades e uma estratégia para a securitização da infraestrutura urbana em áreas afetadas por desastres climáticos.

● ● ● RESILIÊNCIA HÍDRICA

Para Gesner Oliveira, a indústria de seguros é um ator central nesse planejamento. “Com enormes reservas técnicas, o setor pode investir diretamente em projetos de infraestrutura resiliente. Isso se dá por meio da aquisição de títulos de dívida de projetos”, diz ele, referindo-se a chamados *Project Bonds*, instrumentos inovadores como os *Cat Bonds* ou as LRS (Letras de Riscos de Seguros), que permitem transferir riscos específicos para o mercado de capitais. A “securitização”, um dos pilares da indústria, é justamente sobre essa mobilização estratégica de capital.

Além das reservas técnicas e do *guidance* para outros investidores institucionais, do Brasil e do

exterior, as seguradoras e resseguradoras podem contribuir com a expertise em novas modelagens de sustentação financeira. Gesner Oliveira destaca as experiências internacionais que servem de modelo para o avanço do financiamento de sistemas resilientes de infraestrutura urbana.

“Em primeiro lugar, a indústria de seguros transfere e mitiga riscos. Isso acontece tanto por meio de produtos, como o seguro paramétrico, quanto pelo seguro garantia.”

Garner Oliveira, FGV

Modelos de financiamento misto (*blended finance*), que combinam capital público (muitas vezes de bancos de desenvolvimento multilaterais ou agências de cooperação) com capital privado, têm sido bem-sucedidos em países em desenvolvimento. Esses modelos visam tornar os projetos mais atraentes para investidores privados. A Europa, por exemplo, tem avançado no conceito de “resiliência hídrica”, integrando a circularidade da água em suas estratégias.

Outros exemplos incluem a emissão de títulos verdes (*green bonds* ou *climate bonds*), que direcionam recursos especificamente para projetos com benefícios ambientais e climáticos, atraindo um crescente número de investidores institucionais com mandatos de investimento em ESG. Modelo de sucesso não falta, o desafio é grande — reconstruir em bases ambientalmente saudáveis uma infraestrutura além da dinâmica exigida por uma economia como a brasileira, que figura entre as dez maiores do mundo. Por isso mesmo, é uma oportunidade e tanto de aplicação lucrativa e socialmente útil. Mãos à obra!

O RELÓGIO CLIMÁTICO CORRE MAIS RÁPIDO QUE OS FINANCIAMENTOS

*O mundo precisa de cerca de US\$ 7 trilhões anuais até 2030 para viabilizar a transição verde.
Peça-chave no processo, o Brasil carece de políticas e instrumentos financeiros.*

Não há tempo a perder. Quando se trata de salvar o planeta, o relógio climático corre mais rápido que a burocracia financeira. Estimativas da ONU e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam a necessidade de investimentos anuais entre US\$ 5 e 7 trilhões até 2030 para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa demanda reflete o enorme volume de capital exigido para financiar a transição para a Economia Verde, incluindo ações de combate à pobreza, mitigação das mudanças climáticas e preservação da biodiversidade. Hoje há uma lacuna de pelo menos US\$ 2,4 trilhões/ano nesse fluxo de recursos.

O cenário impõe uma reestruturação das finanças em escala global, com o realinhamento das esteiras de crédito e a criação de novos modelos de investimento sustentável. A emergência climática é uma prova de fogo para o sistema financeiro — e ele ainda não está à altura do desafio. O Brasil, por seu tamanho, biodiversidade e matriz energética, é peça-chave nesse tabuleiro. Mas o País carece de uma engenharia financeira que transforme

esse potencial em realidade. Ou seja, sair do discurso para a ação. Sem políticas consistentes de “investimentos verdes”, não haverá transição justa nem futuro habitável.

Há alguns anos, instituições como o Banco Mundial e o FMI vêm intensificando ações e programas voltados ao desenvolvimento sustentável. O primeiro foi responsável pela criação do Fundo de Resiliência e Sustentabilidade (RST), em 2022, com US\$ 40 bilhões para apoiar países de baixa e média renda em transições climáticas e sanitárias. Já o FMI lançou o Plano de Ação Climática 2021-2025, que destina 35% dos financiamentos a projetos relacionados ao clima. Além disso, bancos comerciais e de investimento vêm ampliando o chamado crédito verde, com a emissão de títulos sustentáveis (*green bonds*) e financiamento de projetos de transição energética em escala.

Essa linha de atuação também atrai bancos e instituições de crédito no Brasil. Segundo Guilherme Teixeira, sócio de Consultoria em Finanças Sustentáveis da ERM, hoje a maior fonte de capital para combater as mudanças climáticas é o setor financeiro, com destaque para bancos de desenvolvimento e comerciais.

“Os efeitos das mudanças do clima já vêm sendo sentidos e serão cada vez mais relevantes. No Brasil, precisamos de capital, principalmente para ter infraestrutura e agricultura adaptadas a esse cenário.”

Guilherme Teixeira, ERM

Mas há dois pontos que exigem atenção redobrada: diversificar os instrumentos financeiros usados com enfoque climático, incluindo garantias e outros mecanismos de *de-risking*; e ampliar a destinação de recursos para adaptação climática.



“Os efeitos das mudanças do clima já vêm sendo sentidos e serão cada vez mais relevantes. No Brasil, precisamos de capital, principalmente para ter infraestrutura e agricultura adaptadas a esse cenário”, aponta.

Teixeira enxerga um horizonte de oportunidades na gestão de riscos ambientais e climáticos, e uma ferramenta relevante são as operações de dívida rotuladas como sustentáveis. “No Brasil, já são mais de 500 operações, que começaram há dez anos com os *green bonds* e foram se diversificando. Hoje somam mais de R\$ 400 bilhões de empréstimos, CRAs e debêntures, entre outros”, ressalta.



PAPEL CENTRAL

Na opinião de Maria Netto, diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS), o setor financeiro privado tem papel central para reduzir a lacuna de financiamento climático nos países emergentes e em desenvolvimento. Bancos comerciais, fundos de pensão, gestoras de ativos e seguradoras podem ampliar o *pipeline* de projetos viáveis e apoiar melhorias regulatórias e do ambiente de negócios. Ela

sustenta que é possível gerenciar riscos e alinhar oportunidades a perfis de retorno exigidos por investidores e reguladores.

“O capital doméstico é crucial para atender necessidades específicas e financiar em moeda local, e o capital internacional traz escala, expertise técnica e acelera a difusão de novas tecnologias. São papéis complementares e exigem coordenação”, alerta.

As instituições financeiras, segundo Maria Netto, dispõem hoje de um conjunto crescente de ferramentas para implementar a agenda verde. Entre elas, destacam-se: metodologias de avaliação de risco climático e socioambiental, taxonomias verdes para classificação de ativos e operações, mecanismos de precificação de carbono, cenários de transição, instrumentos de finanças sustentáveis, como títulos verdes, empréstimos vinculados a metas (Sustainability Linked Loans) e fundos de *blended finance*.

“É necessário intensificar a oferta de crédito bancário destinado a práticas ESG, sobretudo em setores-chave como agricultura sustentável, energia renovável, infraestrutura resiliente e soluções baseadas na natureza. Ao mesmo

“O capital doméstico é crucial para atender necessidades específicas e financiar em moeda local, e o internacional traz escala, expertise técnica e acelera a difusão de novas tecnologias. São complementares.”

Maria Netto, iCS

tempo, a integração da gestão de riscos, oportunidades e impactos socioambientais deve ser parte do *core business* das instituições. Dessa forma, garante que a geração de valor financeiro esteja atrelada ao valor social e ambiental de longo prazo”, alerta.



Felipe Nicola, diretor de Clima e Sustentabilidade da Oliver Wyman, concorda que os investimentos globais são insuficientes para atender à dimensão do desafio climático. Na COP29 (Baku), os países reconheceram a necessidade de mobilizar cerca de US\$ 1,3 trilhão/ano até 2035 no conjunto de fontes públicas e privadas — patamar ainda distante do que previu o Acordo de Paris. Mas elogia o sistema financeiro no Brasil ao endossar compromissos de redução de emissões escopo 3, fortalecimento de políticas de risco climático e uso de mecanismos para financiar práticas sustentáveis.

Como exemplo, Nicola cita que, em 2024, as emissões de títulos temáticos no Brasil ultrapassaram R\$ 100 bilhões. Além disso, os bancos avançam na captação de recursos para projetos sustentáveis e no desenvolvimento de novos produtos (como financiamento de painéis solares, veículos elétricos, práticas agropecuárias sustentáveis).

“A trajetória dos bancos vai na direção certa. Mas é preciso ganhar mais escala para fechar a lacuna de investimento e fortalecer as práticas de governança e os novos mecanismos de captação e financiamento”, observa.

“A trajetória dos bancos vai na direção certa. Mas é preciso ganhar mais escala para fechar a lacuna de investimento e fortalecer as práticas de governança e os novos mecanismos de captação e financiamento.”

Felipe Nicola, Oliver Wyman

PASSO À FRENTE

Já o setor de seguros — que tem papel central na agenda de sustentabilidade — dá um passo à frente no gerenciamento de riscos e na mitigação de perdas relacionadas à emer-

gência climática. Durante o 3º Workshop de Seguros para Jornalistas, em agosto, no Rio, foi apresentado o projeto de *Hub* de Inteligência Climática, que está sendo desenvolvido pela equipe do professor Fernando Teixeira, da Universidade Federal de São João del Rei, para a CNseg.

Para a CNseg, o maior desafio nos próximos anos será rever a modelagem de análise de risco, já que o método tradicional, baseado em estatísticas passadas, não consegue mais capturar a realidade atual. O impacto das mudanças climáticas é sentido, por exemplo, no seguro rural, que enfrentou graves problemas de precificação, principalmente nos últimos anos.

A CNseg também atua em fóruns internacionais, com presença na London Climate Week, no Fórum Brasil-França de Seguros e na Europe Insurance Meeting, o maior evento de seguros da Europa. A urgência do tema é global: no ano passado, o mundo registrou US\$ 368 bilhões de prejuízos econômicos decorrentes de eventos climáticos, dos quais 40% foram suportados pela indústria de seguros.

INDÚSTRIA 4.0 E SEGUROS: MITIGANDO RISCOS E IMPULSIONANDO INOVAÇÃO

A gestão das seguradoras é essencial para orientar investimentos, mitigar perdas e enfrentar desafios da transformação digital e mudanças climáticas.

Transformação digital, aceleração das mudanças climáticas, responsabilidade pelos produtos desde a manufatura até o descarte e demanda por produção e tecnologia de processamento de novos insumos — os minerais críticos. Os desafios da chamada Indústria 4.0 não são pequenos, e cada um deles se desdobra em centenas de riscos que podem gerar prejuízos de bilhões. Isso torna a expertise do setor de seguros em mapear e precificar riscos ainda mais estratégica.

A avaliação é do consultor em Inovação e Governança, André Echeverria, para quem o setor de seguros deve trabalhar ao lado da indústria no gerenciamento de riscos, inclusive na origem das estratégias para mitigar riscos e gerar vantagem competitiva.

"Alguns agentes podem ser o ponto de partida para uma proposta de inovação: a própria indústria, startups e consultorias. As seguradoras podem e devem ser um desses agentes, já que detêm tecnologias para reduzir riscos e custos", afirma.

O fato é que o mercado segurador brasileiro já oferece um leque de produtos voltados para a transição energética e a transformação digital da indústria. Seguros patrimoniais, de garantia ambiental, responsabilidade civil por poluição e

riscos operacionais são alguns que têm demanda crescente no novo cenário, além de coberturas para equipamentos de geração de energia renovável e para sistemas automatizados.

Mas a velocidade da digitalização e as mudanças climáticas colocam novas questões no horizonte, algumas ainda desconhecidas e outras recorrentes, como catástrofes ambientais.

Para Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da CNseg, a integração de dados e critérios de risco pode fortalecer a resiliência das empresas e também criar condições para ampliar o acesso aos seguros em diferentes setores e grupos sociais.

GESTÃO DOS RISCOS

O desafio é ampliar a capacidade de cobertura sem inviabilizar financeiramente o setor. Não por acaso, a Circular Susep nº 666 exige a gestão e integração dos riscos de sustentabilidade de uma forma ampla, com adoção de política de sustentabilidade, padrões de classificação de materialidade dos riscos e publicação de relatórios de sustentabilidade.

No caso dos riscos climáticos, a Susep definiu que devem ser classificados em três categorias:

“Alguns agentes podem ser o ponto de partida para uma proposta de inovação: indústria, startups e consultorias. As seguradoras devem ser um desses agentes.”

André Echeverria, Consultor

físicos (como intempéries severas), de transição (associados à mudança para economia de baixo carbono) e de litígio (decorrentes de falhas na gestão desses riscos).

A expectativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) é que essa nova abordagem resulte em novas parcerias entre os setores industrial e de seguros. A ideia é contar com recursos



do mercado segurador, no papel de investidor institucional, para novos negócios e projetos de infraestrutura preventiva.

Na avaliação do superintendente de Projetos de Inovação da CNI, Carlos Alberto Bork, casos como o do Rio Grande do Sul, atingido por enchentes, mostram que o Brasil precisa acelerar investimentos em prevenção. "Em 2024, os prejuízos chegaram a R\$ 500 bilhões. Um sistema de proteção poderia ter sido implantado por apenas R\$ 10 bilhões. É caro no começo, mas se paga no primeiro episódio", afirmou, frisando que as federações das indústrias regionais têm os investimentos necessários mapeados.

Para Bork, tudo o que puder ser feito para minimizar o impacto das mudanças climáticas deve ser feito. "As tecnologias existem, falta acelerar sua adoção, e as análises de risco do setor de seguros podem ser a chave para isso. Daqui a pouco, os riscos estarão espalhados por outras regiões", afirma.



ELoS DA CADEIRA

O Plano Clima define metas para diferentes setores da economia e, no caso da indústria, a expectativa é reduzir emissões para até 198 milhões de toneladas de CO₂ equivalente em 2030. Para

apoiar esse esforço, há recursos como os do Fundo Clima, por exemplo. Operado pelo BNDES, o fundo apoia investimentos em projetos de mitigação e adaptação e, no biênio 2024-2025, seus aportes devem superar os R\$ 20 bilhões, viabilizados em parceria com o mercado segurador, que atua, por exemplo, por meio de seguro garantia.

Aloisio Melo, secretário nacional de Mudança do Clima, explica que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) também coordena, junto com o Ministério da Fazenda (MF), o EcoInvest. A ideia é combinar recursos públicos e privados voltados a investimento para essas finalidades, contemplando projetos industriais.

Um exemplo é a Plataforma de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (Plataforma BIP), que reúne projetos para captação de investimento externo e doméstico. Além do MF e do MMA, a iniciativa envolve os ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e de Minas e Energia (MME) e está alinhada com a Missão 5 do esforço de cumprimento das metas, com foco na bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas.

"Os desafios são amplos e envolvem outros elos da cadeia, como os combustíveis", afirma

"As tecnologias já existem. O que falta é acelerar sua adoção, e as análises de risco do setor podem ser a chave para isso. Daqui a pouco, os riscos estarão espalhados."

Carlos Alberto Bork, CNI

o secretário, citando o esforço para ampliar em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes.

A participação direta da indústria nas emissões é relativamente pequena, cerca de 12%. No entanto, o segmento também tem metas de redução, que devem ficar em até 198 milhões de toneladas de CO₂ equivalente em 2030.

MONTADORAS E SEGUROS SE UNEM PARA ACELERAR A DESCARBONIZAÇÃO

O Programa Mover estabelece metas inéditas para reduzir emissões de CO₂, ampliando exigências em segurança, eficiência energética e sustentabilidade e promete reposicionar o País na rota da economia verde.

As montadoras e seguradoras estão a caminho de ampliar a parceria entre os dois setores no campo da descarbonização. Às vésperas da COP30, que será realizada em Belém, o setor automotivo brasileiro apresenta ao mundo um novo marco regulatório. Trata-se do Programa Mover, que sucede o Rota 2030 e promete reposicionar o País na rota da descarbonização, combinando avanços tecnológicos em segurança veicular com metas inéditas de redução de emissões de CO₂.

"O Mover vai muito além de estabelecer padrões de eficiência, ele atrela a emissão do veículo não só ao que sai do escapamento, mas também ao processo de produção do combustível. Ou seja, passamos a medir do 'poço à roda' e não apenas do 'tanque à roda'", explica Gilberto Martins, diretor de Assuntos Regulatórios da Anfavea.

O novo programa amplia exigências em três frentes: segurança veicular, eficiência energética e sustentabilidade. Entre os itens obrigatórios, estão tecnologias como frenagem autônoma e alerta de saída de faixa, que tornam os veículos mais preparados para sistemas semiautônomos. No campo ambiental, o diferencial é a meta de carbono. "Estamos trazendo a conta-

bilidade completa das emissões. Isso é inovador e coloca o Brasil em posição de vanguarda", afirma o executivo.



RECICLAGEM VEICULAR

O Mover também estabelece, pela primeira vez, metas obrigatórias de reciclagem veicular. Fabricantes terão de recolher carros em fim de vida útil ou sinistrados e reinserir materiais na cadeia produtiva. "A ideia é transformar sucata em matéria-prima, reduzindo custos e a pegada de carbono. É economia circular na prática", resume Martins.

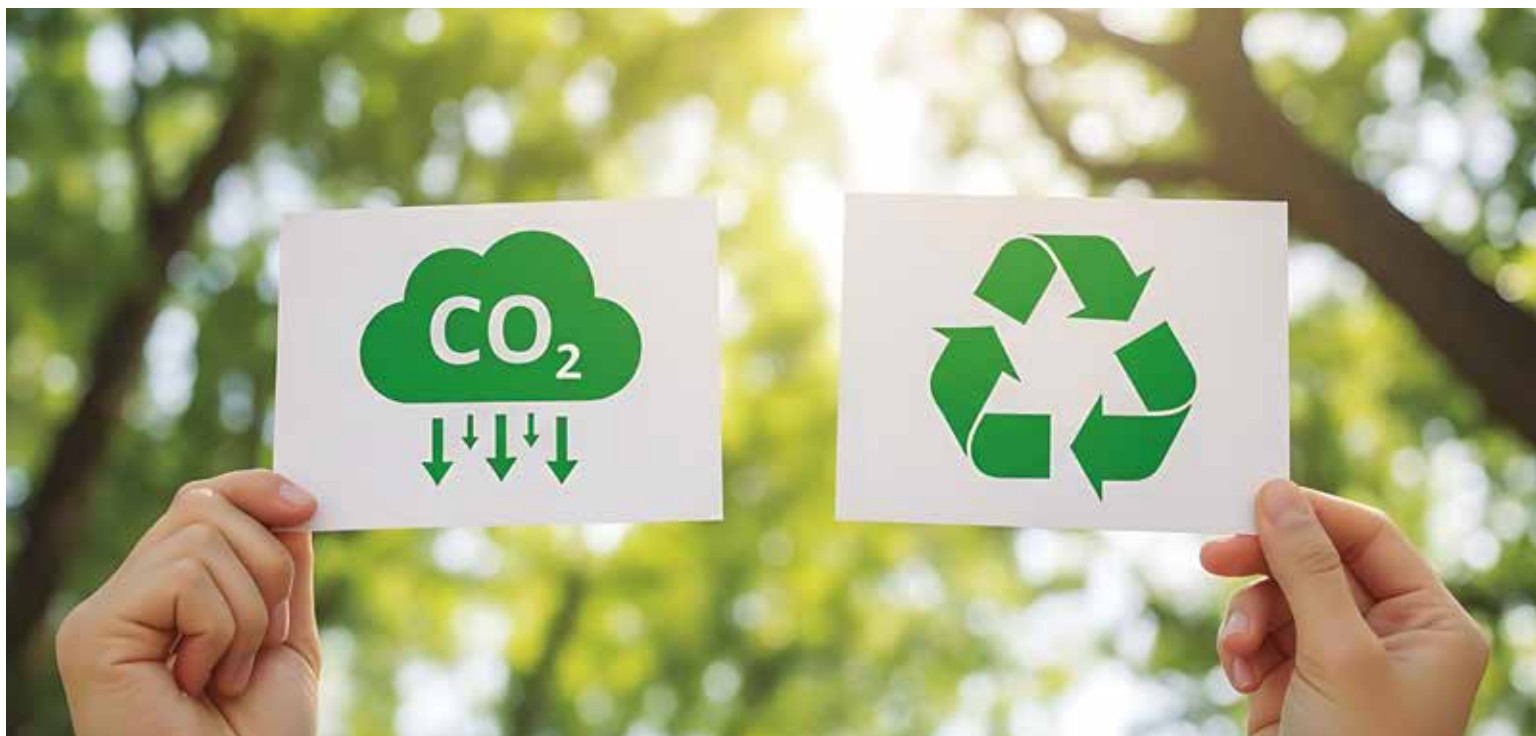
Segundo ele, as seguradoras podem ser importantes aliadas na meta de descarbonização das montadoras, que atualmente, estão focados na agenda da reciclagem. Ele lembra que algumas seguradoras já têm experiência em reciclagem e desmontagem de veículos e que a intenção da Anfavea é trabalhar em conjunto para criar um sistema de rastreabilidade desse processo.

"A legislação atual sobre desmanche visa principalmente ao controle de roubos, mas não aborda a sustentabilidade e a redução da pegada de carbono. A ideia é desenvolver, em parceria com

"Temos a chance de mostrar ao mundo que é possível crescer, inovar e descarbonizar ao mesmo tempo. O Brasil tem condições únicas de liderar essa agenda."

a CNseg e as seguradoras, um arcabouço legal para que possamos atuar nesse projeto de reciclagem de forma contínua", explica.

Com uma matriz energética considerada uma das mais limpas do mundo — quase 50% renovável —, o Brasil reforça sua aposta no etanol e no biodiesel. "Já temos uma larga escala de utilização do etanol, que é fundamental para a descarbonização, e deveríamos ampliar seu uso", defende.



O diretor da Anfavea destaca ainda o projeto Combustível do Futuro, em discussão no Congresso, que prevê a produção de combustíveis sintéticos a partir da captura de CO₂. "É uma tecnologia inovadora, ainda em estágio inicial, mas que será uma contribuição substancial para reduzir emissões."

Na COP30, ao lado da CNseg e da CNI, a Anfavea levará o tema dos biocombustíveis e da reciclagem à mesa de negociações. "Queremos mostrar que a produção brasileira já nasce limpa. Produzir peças aqui, usar matéria-prima local e rodar veículos no Brasil significa menos carbono emitido em comparação a mercados como China e Europa."

CAMINHO HÍBRIDO

Enquanto a Europa e a China enfrentam dificuldades com a adoção de veículos 100% elétricos, o Brasil busca um caminho híbrido. "O que vemos lá fora é que muitos consumidores ainda resistem ao carro totalmente elétrico, seja pelo custo, seja pela infraestrutura. Aqui, acreditamos que a transição passará pelo etanol híbrido e pelos biocombustíveis", avalia Martins.

“A ideia é desenvolver, em parceria com a CNseg e as seguradoras, um arcabouço legal para que possamos atuar nesse projeto de reciclagem de forma contínua.”

O executivo reconhece, porém, que a eletrificação representa também um caminho promissor e ressalta que alguns países, como a China, estão adotando a eletrificação total, impulsionados, em parte, pela necessidade de modernizar suas matrizes energéticas. O Brasil, contudo, tem a oportunidade de explorar diversas rotas tecnológicas.

"Isso significa que o Brasil não precisa se restringir exclusivamente aos veículos elétricos. Podemos, por exemplo, considerar os veículos hí-

bridos, que combinam motorização elétrica com combustíveis como o etanol. Essa configuração, em termos de emissão de carbono, pode se equiparar à dos veículos elétricos, especialmente considerando o contexto da China", assinala ele.

A preocupação com a segurança também entrou na pauta. Em São Paulo, a Anfavea participou de reuniões com o Corpo de Bombeiros sobre normas de carregamento de veículos elétricos. "O carro em si é seguro e testado. O que precisa de atenção são as instalações elétricas dos prédios e pontos de recarga. Sem padrões claros, o risco não vem do veículo, mas da infraestrutura", adverte. Enquanto isso, as seguradoras avaliam o modelo de subscrição de riscos dos seguros para carros elétricos.

Com o Mover, o Brasil se prepara para exibir na COP30 um modelo de descarbonização que inova a partir de suas vantagens competitivas. Biocombustíveis, reciclagem e eficiência formam o tripé de um programa que promete tornar a indústria automotiva nacional mais sustentável e competitiva.

"Temos a chance de mostrar ao mundo que é possível crescer, inovar e descarbonizar ao mesmo tempo. O Brasil tem condições únicas de liderar essa agenda", conclui o diretor da Anfavea.

INTELIGÊNCIA CLIMÁTICA TORNA SUBSCRIÇÃO DE RISCOS MAIS SEGURA

Como as inovações tecnológicas, com a aplicação da IA em questões do clima, estão revolucionando e ajudando na proteção de ativos e na prevenção de riscos.

Os dez maiores riscos para a economia global na próxima década estão ligados ao clima e ao meio ambiente, aumentando os fortes impactos sobre o setor de seguros, que são crescentes. Segundo o Swiss Re Institute, as perdas globais seguradas por catástrofes naturais alcançaram US\$ 137 bilhões no ano passado, com tendência de alta para os próximos anos. No Brasil, dados oficiais apontam que, desde 1990, foram registradas mais de 64 mil ocorrências relacionadas a eventos climáticos, com média anual que ultrapassa quatro mil episódios no último quadriênio.

Um sinal do risco ao mercado segurador é a inviabilidade do seguro residencial em regiões da Califórnia e da Flórida (EUA), por exemplo, devido à frequência de furacões e incêndios. Diante desse cenário, a boa notícia é que avançam também as inovações tecnológicas que podem auxiliar na previsão desses eventos. É a chamada Inteligência Climática, uma ferramenta hoje obrigatória e eficiente no setor de seguros.

"Inteligência Climática é a aplicação da inteligência artificial às questões de clima. Preci-

samos dessa ferramenta para calcular os novos riscos, que não são os mesmos de dez anos atrás. Hoje, isso é estratégico para o setor de seguros", diz Paulo Artaxo, professor da USP e membro da Academia Brasileira de Ciências.

O professor atesta que são muitos os avanços recentes nesta área de pesquisa e ciência. "Os maiores progressos foram na capacidade de processamento e no cruzamento de dados nos chamados supercomputadores e também no desenvolvimento de softwares mais eficientes, que podem ser utilizados pelas seguradoras", destaca.



DADOS CRUZADOS

Não por acaso, já existem no mercado nacional empresas e *startups* que desenvolvem e oferecem soluções de previsão climática. Outra ferramenta ligada à Inteligência Climática é o Adapta Brasil, plataforma do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aberta a todos, que fornece dados que ajudam na antecipação de problemas decorrentes da ação do clima, entre outras aplicações.

"Inteligência Climática é a aplicação da inteligência artificial às questões do clima. Precisamos dessa ferramenta para calcular os novos riscos, que não são os mesmos de dez anos atrás."

Paulo Artaxo, USP

"Antes, contava-se apenas com a observação e a coleta de informações dos satélites, por exemplo. Hoje, com a ajuda da IA e do chamado *Big Data*, esses dados são cruzados com



grande velocidade e a partir de séries históricas, permitindo a modelagem de soluções", diz o pesquisador e coordenador do Centro de Ciências do Sistema da Terra (CCST/Inpe), Jean Ometto. "Sempre haverá um grau de imprevisibilidade. Mas, quanto mais dados, menos incertezas", acrescenta ele.

Mais e mais seguradoras já trilham o caminho da Inteligência Artificial. "Os investimentos em tecnologia são mandatórios, e as novas tecnologias auxiliam ao fornecer rapidez e eficiência nas análises e no processo de gerenciamento de risco", afirma Felipe Nascimento, CEO da Mapfre, que cita o uso de sensoramento remoto, drones e sistemas de informação geográfica.

"As tecnologias podem ajudar na elaboração de mapas topográficos capazes de indicar as áreas mais vulneráveis e na identificação de melhores rotas de evacuação em um plano de emergência", detalhou.

Na Zurich Seguros, a aplicação de Inteligência Climática é observada em soluções, como o programa Mais Resiliência. "A ferramenta oferece às empresas serviços como análises de vulnerabili-

"As tecnologias podem ajudar a elaborar mapas topográficos capazes de indicar as áreas mais vulneráveis e a identificar melhores rotas de evacuação em um plano de emergência."

Felipe Nascimento, Mapfre

dades e simulações de incidentes, combinando IA com o conhecimento técnico da seguradora", diz Tiago Santana, superintendente da Área de Engenharia de Riscos da seguradora.

● ● ● **REGULAÇÃO DE SINISTROS**

Também se destaca o uso de ferramentas de IA na regulação de sinistros, com redução expressiva nos prazos de análise e aprovação, como, por exemplo, no seguro de automóvel e no seguro de celular.

Ciente do seu papel social e reconhecido por sua expertise em gerenciamento de riscos, o setor de seguros vem se consolidando como um pilar estratégico no combate aos efeitos das mudanças climáticas. Com a ajuda da IA, e a partir da análise de dados meteorológicos, registros de sinistros (riscos previstos em contrato) e simulações avançadas, as seguradoras em todo o mundo têm criado 'hubs climáticos' — centros especializados capazes de gerar informações críticas que orientam decisões no agronegócio, na infraestrutura, na energia e até no planejamento urbano. São estruturas que ajudam empresas e governos a antecipar riscos ambientais.

"Somente com uma atuação conjunta entre os setores público e privado encontraremos soluções para os desafios das mudanças climáticas", diz o professor Artaxo. Uma equação sem grau de incertezas: mais informação e tecnologia é igual a menos riscos.

A PROTEÇÃO SOCIAL DOS SEGUROS REVERBERA NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Um hub de dados socioambientais, em desenvolvimento pela CNseg, vai oferecer informações para a tomada de decisão de seguradoras e gestores públicos.

As cheias no Rio Grande do Sul de 2024 deixaram mais que um rastro de destruição e prejuízos bilionários: muitas empresas, sem a proteção de seguros adequados, viram seus planos de retomada adiados indefinidamente ou até mesmo inviabilizados. A ausência de cobertura transformou perdas que poderiam ser reparadas em um ponto final para diversos negócios. Esse cenário reforça, de forma contundente, a importância de contar com apólices bem estruturadas, capazes de oferecer suporte financeiro e segurança para atravessar crises e garantir a continuidade das atividades.

Ainda que as seguradoras tenham ampliado as indenizações em favor dos segurados gaúchos, a cifra de R\$ 6 bilhões foi significativamente baixa perante as perdas econômicas estimadas, de mais de R\$ 100 bilhões. De qualquer forma, demonstraram que os eventos climáticos severos não só elevam o volume de indenizações pagas pelo setor de seguros gradualmente, mas também transformam a essência da atividade seguradora e a própria modelagem de análise de risco, já que não é mais possível se basear apenas em estatísticas passadas.

O cenário é preocupante, porém, reforça cada vez mais o papel estratégico do seguro como um pilar na construção de redes de amparo social, bem-estar e desenvolvimento, em meio a incertezas climáticas, econômicas e demográficas.

Diante dos desafios, o setor segurador no Brasil vem colocando em prática, nos últimos anos, iniciativas que visam aprimorar o conhecimento sobre riscos e auxiliar as seguradoras na criação de produtos mais adequados foram colocadas em prática. A mais recente é o projeto de um hub de dados socioambientais e riscos climáticos que está sendo desenvolvido pela CNseg em parceria com a Universidade Federal de São João del Rei. A futura plataforma tem o objetivo de oferecer informações precisas para a tomada de decisão de seguradoras e gestores públicos.

“Uma proteção securitária eficiente é essencial para reduzir impactos econômicos e sociais, especialmente sobre os mais vulneráveis. Com o hub, o setor de seguros poderá não apenas reagir a desastres climáticos, mas também contribuir ativamente para a prevenção e a resiliência”, afirma a diretora de Sustentabilidade da CNseg, Claudia Prates.

“Com o hub de dados, o setor de seguros poderá não apenas reagir a desastres climáticos, mas também contribuir ativamente para a prevenção e a resiliência.”

Claudia Prates, CNseg

OLHAR ATENTO

Nos últimos dez anos, 94% dos municípios brasileiros decretaram estado de emergência ou calamidade por motivo climático ao menos uma vez, somando R\$ 327 bilhões em perdas econômicas. Apenas em 2024, foram registrados 1.690 eventos, o que dá uma média de quatro por dia.

“Dados do Swiss Re Institute apontam que apenas 43% das perdas econômicas globais causadas por catástrofes naturais estavam seguradas no ano passado.”

Juliana Alves, Swiss Re



No Brasil e no mundo, o que se observa é que eventos climáticos extremos afetam desproporcionalmente a população mais vulnerável (seja por classe social, idade ou raça), exigindo do setor de seguros um olhar mais atento para o desenvolvimento de produtos que possam mitigar impactos e proteger pessoas e áreas expostas.

Gerente de Conhecimento e Parcerias Estratégicas da Microinsurance Network — uma associação sem fins lucrativos baseada em Luxemburgo —, Pedro Pinheiro acompanha de perto a demanda e os desafios da implementação de seguros mais inclusivos no mundo. Desde 2012, ele participa ativamente de discussões que envolvem a evolução do microsseguro no Brasil, modalidade que, naquela época, já estava atrelada à agenda de sustentabilidade do setor.

Segundo ele, alguns produtos inclusivos já consolidados em mercados relativamente similares, como o da África do Sul, continuam tendo potencial no Brasil, como o seguro funeral. “É uma boa alternativa para o País, pois não custa tão caro e oferece proteção num momento difícil para a família, quando o gasto é substancial”.

Pequenas apólices de seguro saúde, que não cobrem necessariamente o atendimento médico, mas que ajudem famílias a se manter financeiramente enquanto algum parente está em internação hospitalar, são comercializadas na Europa e podem ser uma opção de produto também no Brasil.

“Pesquisa recente da Febraban apontou que 55% dos brasileiros têm baixo entendimento sobre educação financeira. Entre as que têm mais de 80 anos, esse índice chega a 85%. O seguro não é compreendido de forma imediata para mais da metade da população”, pontua.



EXEMPLO DA ESPANHA

Entre as experiências globais ligadas diretamente aos riscos climáticos, a da Espanha é a que mais chama atenção: lá existe o Consórcio de Compensação de Seguros (CCS), entidade pública que funciona como seguradora de catástrofes, agregando riscos extraordinários não cobertos pelas seguradoras privadas, como os causados por desastres naturais. A proteção é garantida por meio de sobretaxas obrigatórias cobradas sobre as apólices de seguros.

“Quase 80% das residências estão seguradas na Espanha e, dos 33,4 milhões de veículos do país, 25,7 milhões têm proteção de para-brisa, que é particularmente útil contra granizo e galhos em tempestades de vento. A sobretaxa CCS aplica-se praticamente a todas as apólices emitidas na Espanha. Portanto, a proteção contra inundações, tempestades, terremotos e erupções vulcânicas é muito abrangente”, explica o secretário-geral da União Espanhola de Entidades de Seguros e Resseguros (Unespa), Luis Miguel Avalos.

“O seguro funeral é uma boa alternativa para o País, pois não custa tão caro e oferece proteção num momento difícil para a família, quando o gasto é substancial.”

Pedro Pinheiro, Microinsurance Network

Market Head Brazil & Southern Cone da Swiss Re, Juliana Alves considera o *gap* de proteção uma realidade universal que, no Brasil, manifesta-se de maneira particularmente preocupante. “Dados do Swiss Re Institute apontam que apenas 43% das perdas econômicas globais causadas por catástrofes naturais estavam seguradas no ano passado. No Brasil, a CNseg estima que cerca de 95% das perdas relacionadas a desastres naturais não têm cobertura de seguros”, acrescenta.

SEGURO RURAL É ALTERNATIVA DE PROTEÇÃO EM TEMPOS DE RISCOS CLIMÁTICOS

Área coberta pode ser expandida na medida em que a agricultura também avança na gestão de risco e em técnicas sustentáveis.

Diante do agravamento da crise climática, o seguro rural é reconhecido como uma alternativa de proteção contra as perdas nas safras causadas por fenômenos extremos. As secas prolongadas e as chuvas intensas fora de época são desafios cada vez mais complexos, e esse produto tende a ser um antídoto contra prejuízos para os cofres públicos, as instituições de crédito e, sobretudo, os produtores. No entanto, tendo em vista as consequências inevitáveis do aquecimento global, o seguro precisa ser utilizado simultaneamente a técnicas que façam frente às intempéries.

Um dos trunfos do Brasil para solucionar o problema é o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que prevê subvenção concedida pelo governo. Mas, devido a diversos fatores, como as restrições orçamentárias, a iniciativa teve alcance reduzido nos últimos anos. Em 2021, a proteção cobriu cerca de 13,77 milhões de hectares, um recorde histórico do programa. Mas, em 2024, a área segurada foi menor: cerca de sete milhões de hectares, uma queda de

49,2%. Para este ano, as projeções são de redução para algo em torno de cinco milhões de hectares.

Além desse recuo, a seca intensa em diversas regiões do País no ano passado ainda traz repercussões. O balanço do segundo trimestre de um banco público levantou novo alerta, ao apresentar redução de cerca de 60% no lucro da instituição, em grande parte devido ao aumento da inadimplência na carteira de crédito agrícola.

RESILIÊNCIA NO CAMPO

Segundo Glaucio Toyama, presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, os dados — apesar de negativos — reforçam a necessidade de ampliação da cobertura do seguro e de uma resiliência maior no campo em relação ao clima. As carteiras de crédito com proteção do seguro tiveram resultados melhores em termos de pagamento em dia das parcelas das dívidas, e técnicas inovadoras também se mostram promissoras. Por isso, as seguradoras estão sendo procuradas mesmo por quem não consegue a subvenção.

“A partir de determinado prejuízo considerado catastrófico, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul, as seguradoras não conseguem mais assumir os riscos.”

Glaucio Toyama, FenSeg

Segundo Toyama, não é por acaso que, no âmbito do próprio governo, surgiu a ideia de tornar o seguro rural obrigatório para o crédito subvencionado. No entanto, o setor considera que a medida gera um risco excessivo, e o ideal seria substituir a obrigatoriedade pelo estímulo, tornando

os juros do crédito menores para quem adquirir o seguro. O mercado caminharia bem melhor se contasse com avaliações mais precisas de risco por parte das seguradoras e da mitigação desses riscos por parte dos produtores.

“A partir de determinado prejuízo considerado catastrófico, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul, as seguradoras não conseguem mais assumir os riscos. Por isso, o governo precisa entrar com o Fundo Catastrófico e manter o nível de apoio às subvenções. São medidas que dependem de políticas públicas claras”, explica Toyama.

No âmbito das seguradoras, há a percepção de que o seguro rural pode ser uma alternativa de proteção mais eficiente para os cofres públicos do que o Plano Safra. Também deve haver mais investimento do setor com a modelagem de seguros paramétricos, baseados em índices climáticos para a medição de riscos. O mercado acompanha, por outro lado, a tramitação do Projeto de Lei 2.951/2024, de autoria da senadora e ex-ministra Teresa Cristina (PP-MS), que pode garantir mais segurança jurídica.

“O seguro rural no Brasil é bastante preparado. Estamos revisitando esse eixo único para ampliar o leque de produtos mais aderentes em várias regiões, olhando também para as operações de florestas, pecuária e patrimônio rural. Há interesse ainda nas iniciativas de estados e da cadeia produtiva”, resume.



MITIGAÇÃO DE RISCOS

A Embrapa e o Ministério da Agricultura e Pecuária vêm fornecendo dados que também podem ajudar produtores e seguradoras na modelagem dos seguros e na mitigação de riscos. Um exemplo é o Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), uma ferramenta de gestão de riscos agrícolas, que aponta as épocas de plantio e as regiões com menor risco de perdas, de acordo com dados climatológicos, dos tipos de solo e das culturas mais adequadas.

Segundo o pesquisador José Eduardo Monteiro, coordenador da ZARC, há outras metodologias em estudo, e o MAPA desenvolve um programa-piloto para estipular o nível de subvenção de acordo com as técnicas empregadas.



As soluções não são necessariamente caras, mas requerem uma revisão da metodologia de plantio, o que pode exigir o auxílio de uma assessoria técnica ao produtor. Adotar rotação de culturas, com cultivos voltados para a cobertura do solo, e o emprego de plantios corretos são boas práticas que ajudam na retenção natural da água no solo e no aumento da fertilidade.

“A visão de curto prazo atrapalha, porque os resultados podem não aparecer de imediato. O investimento na recuperação do solo e a correta gestão de risco trazem retornos ao longo dos anos e melhoram as condições de produtividade, mesmo diante de eventos climáticos adversos”, defende Monteiro.

Portanto, a questão da adoção do melhor modelo de proteção à agricultura por parte do País é uma questão estratégica. Conciliar as melhores orientações evita danos a um dos setores produtivos mais importantes do Brasil, gera segurança alimentar para a população e reduz desequilíbrios no sistema financeiro.

“O investimento na recuperação do solo e a correta gestão de risco trazem retornos e melhoram a produtividade, mesmo diante de eventos climáticos adversos.”

José Eduardo Monteiro, MAPA

OS SETE PILARES DA PARTICIPAÇÃO DOS SEGUROS NA AGENDA CLIMÁTICA

O setor segurador amplia sua atuação na proteção e prevenção, com propostas que vão do Seguro Social Catástrofe a investimentos verdes, infraestrutura e proteção rural.

O mercado segurador brasileiro tem se mobilizado em torno de uma agenda estratégica voltada à resiliência climática, ao fortalecimento da infraestrutura e ao financiamento de soluções sustentáveis. Nesse cenário, sete linhas de ação demonstram o papel do seguro como instrumento de proteção, prevenção e investimento.

Entre os destaques está o Seguro Social Catástrofe, em discussão no Congresso, que busca reduzir a vulnerabilidade da população diante de eventos extremos — o texto prevê indenização emergencial para famílias atingidas por inundações, alagamentos ou desmoronamentos, além de auxílio funeral em caso de óbito. De caráter privado, mas obrigatório, o seguro terá custo reduzido e isenção para beneficiários de programas sociais.

No campo dos investimentos verdes, o setor segurador defende a emissão de títulos soberanos sustentáveis no mercado doméstico, aproveitando o apetite das seguradoras por ativos de longo prazo. Essa proposta conecta a necessidade de financiar a agenda climática nacional à capacidade de investimento do setor.

Em infraestrutura, a obrigatoriedade do seguro em projetos de engenharia e construção

O setor segurador defende a emissão de títulos soberanos sustentáveis no mercado doméstico, aproveitando o apetite das seguradoras por ativos de longo prazo.

é considerada essencial. A Lei nº 14.133/21 já permitiu fiança de até 30% do valor do contrato em casos de cláusula de retomada, mas o setor defende a ampliação dessa exigência, sobretudo em obras do PAC, para reduzir paralisações e aumentar a segurança jurídica.

No meio rural, diante das perdas crescentes e da baixa penetração do seguro (cobrindo apenas 7,7% da área cultivada), ganha força a proposta de modernizar o Fundo de Estabilização do Seguro Rural. O objetivo é criar um meca-

nismo capaz de absorver choques excepcionais, assegurando a continuidade da produção, com aportes de governo, seguradoras e resseguradoras, além do uso de georreferenciamento para análise de riscos climáticos e socioambientais.

Outro avanço é o Climate Risk Hub, repositório nacional de dados climáticos que reunirá informações sobre desastres, projeções de impacto e vulnerabilidade regional. A plataforma permitirá comparações, integração de dados de sinistros e, futuramente, relatórios que relacionem impactos climáticos a indicadores macroeconômicos.

Na Taxonomia de Sustentabilidade, a CNseg atua junto ao Comitê Interministerial da Fazenda e desenvolve sua própria taxonomia, como referência para produtos e serviços que incentivem inovação, responsabilidade socioambiental e alinhamento com metas de adaptação e resiliência.

Por fim, no combate ao desmatamento e proteção da biodiversidade, a CNseg dialoga com o SFB e o BNDES sobre a ampliação de seguros para concessões florestais. Hoje restritos a poucos riscos, esses produtos devem evoluir para coberturas mais amplas, garantindo sustentabilidade financeira e estimulando restauração e manejo responsável das florestas.



NOTÍCIAS DO SEGURO

O essencial do mercado em um só lugar.

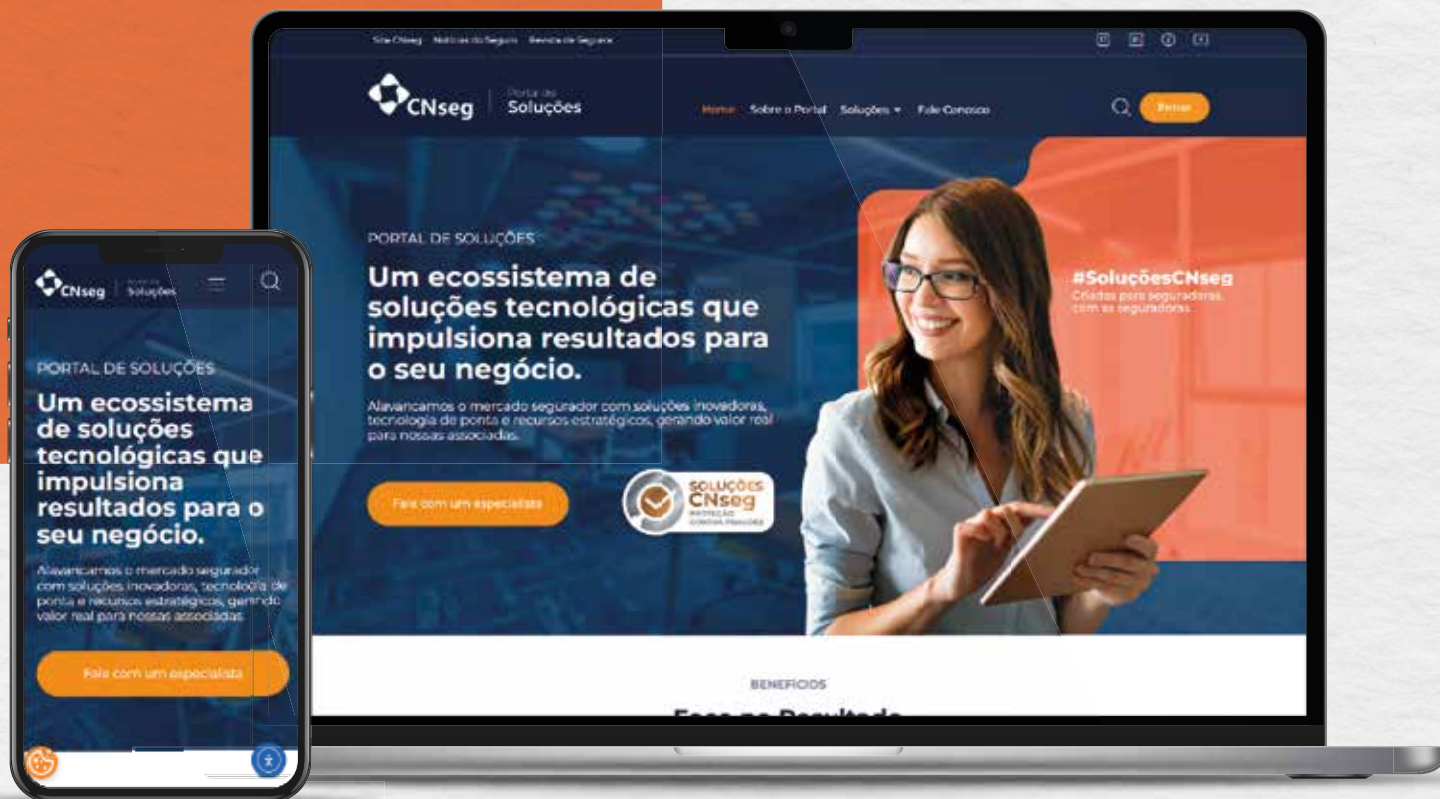
Desvende o universo do mercado segurador com o portal Notícias do Seguro.

Explore informações exclusivas, tendências e insights que moldam o setor.

Notícias do Seguro, sua fonte confiável de conhecimento - sempre atualizada.

noticiasdoseguro.org.br





Acesse o novo

PORTAL DE SOLUÇÕES da CNseg

Em um só lugar, produtos e informações para
a sua seguradora tomar a decisão certa.



#SoluçõesCNseg

Criadas para seguradoras,
com as seguradoras



DISERV
Diretoria de Serviços
às Associadas